

# O REINO LOZI E O MUNDO ATLÂNTICO

## COMÉRCIO, ESCRAVIDÃO E CONTATO (IN) DIRETO COM ANGOLA NO SÉCULO XIX\*

Ivan Sicca Gonçalves  

*Universidade Estadual de Campinas*

Desde a consolidação do campo de história da África, historiadores desenvolveram longos debates sobre os problemas e desafios de analisarem as histórias dos povos do continente africano de forma integrada aos processos históricos mais globais, apontando para a importância do reconhecimento de particularidades históricas e culturais e as inadequações de referenciais conceituais e metodológicos hegemônicos. Por outro lado, levando em conta esses mesmos desafios, outros estudiosos também apontaram a importância da construção de conhecimento sobre o continente para o desenvolvimento de novas histórias mundiais ou globais com pressupostos menos eurocêntricos.<sup>1</sup>

---

\* Esta pesquisa apresenta resultados parciais de minha pesquisa de doutorado em andamento, que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo nº 2021/09791-7). Em período anterior, esta pesquisa também contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo nº 141195/2021-5. Versões preliminares deste texto, assim como partes específicas, foram apresentadas em diversos eventos científicos: XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, no X Encontro Estadual de História da ANPUH-BA (ambos em 2020); V Colóquio Internacional de História da África “Missionação, Agências e Sujeitos Históricos” (2021); International Workshop “Colonial violence beyond the borders of empires: dis/connections, transfers, and mobilities, ca. 1850-1954” (2022); X Seminário RICE-UNICAMP-MORA, XI Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) da UFMG e International Conference “The Lusophone World and its Diasporas”, estes três últimos ocorridos em 2023. Agradeço pelos comentários e críticas de participantes de todos esses eventos, que muito ajudaram a aprimorar tal estudo. Uma versão escrita deste texto contou com leitura cuidadosa e atenta dos participantes de reunião das linhas de pesquisa da área de História Social, Diferenças e Conflitos da UNICAMP, realizada no 2º semestre de 2023, o que auxiliou em muito a delimitação da proposta e organização textual, assim como as críticas, sugestões e comentários construtivos de dois pareceristas anônimos da Afro-Ásia, aos quais agradeço. Por fim, agradeço aos organizadores do presente dossiê, Estevam Thompson e Tracy Lopes, assim como ao professor José Curto.

O envolvimento de comerciantes e autoridades políticas africanas no comércio atlântico de escravizados e a agência de sujeitos africanos nessas grandes operações para “produzir” cativos foram temas sensíveis na produção de memórias políticas e sociais, dentro e fora do continente. Nesse campo, o destaque à autonomia das ações e decisões de elites políticas e econômicas internas do continente por vezes teve como consequência uma diminuição do protagonismo e responsabilidade dos agentes imperiais europeus nesses processos históricos na longa duração.<sup>2</sup>

Além disso, abordagens sobre as redes internas do tráfico de escravos, cujas historicidades ultrapassam o período de funcionamento do tráfico atlântico, repetiram representações e *topoi* narrativos utilizados por estrangeiros ao explicarem o fenômeno por séculos. No caso dos apolo-gistas do tráfico, o uso de cativos africanos como escravos nas Américas foi recorrentemente legitimado pelo fato de estes já terem supostamente

- 1 Apesar de ser tensão que acompanha o campo desde seu início, o contexto posterior aos anos 1990, com debates acerca de globalização, histórias conectadas, cruzadas e a chamada História Global, reanimaram o debate, conforme discutido em: Steven Feierman, “African histories and the dissolution of world history”, in Robert H. Bates; V. Y. Mudimbe & Jean O’Barr (Eds.), *Africa and the Disciplines: the Contributions of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities* (Chicago: The University of Chicago Press, 1993), pp. 167–212; Donald Yerxa (Ed.), *Recent Themes in The History of Africa and the Atlantic World – Historians in Conversation*, Columbia: The University of South Carolina Press, 2008, pp. 1-74; Robert Slenes, “A importância da África para as ciências humanas”, *História Social*, v. 14, n. 19 (2010), pp. 19-32, ; Leslie Witz, “Africa [not] in World History: A Review from the South (Part 1)”, *Journal of World History*, v. 27, n. 1 (2016), pp. 103-120, ; Leslie Witz, “Surveying Africa in World History: a View from the South (Part 2)”, *Journal of World History*, v. 27, n. 4 (2016), pp. 669-685, .
- 2 Patrick Manning, “Escravidão e mudança social na África”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21 (1988), pp. 8-29, ; John K. Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico 1400-1800*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004; Patrick Manning, *Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990; Witz, “Africa [not] in World History”, pp. 116-117. Posturas mais processuais podem ser vistas em: Olivier Pétré-Grenouilleau, “Long-Distance Trade and Economic Development in Europe and Black Africa (Mid-Fifteenth Century to Nineteenth Century): Some Pointers for Further Comparative Studies”, *African Economic History*, v. 29 (2011), pp. 163–196, ; David M. Gordon, “Wearing Cloth, Wielding Guns: Consumption, Trade, and Politics in the South Central African Interior during the Nineteenth Century” in Robert Ross, Marja Hinfelaar & Iva Pesa (Eds.), *The Objects of Life in Central Africa: The History of Consumption and Social Change, 1840-1980* (Leiden/Boston: Brill, 2013), pp. 17-18.

sido legalmente escravizados nas suas sociedades de origem. De forma não muito distinta, os próprios abolicionistas do século XIX reproduziram uma narrativa redentora da necessidade de intervenção europeia para salvar os supostos “selvagens” do cativeiro, reproduzindo a ideia de total responsabilidade da escravização em algozes locais (ou não-ocidentais, em especial os “árabes”). Para além do evidente silenciamento do protagonismo dos impérios europeus envolvidos com o tráfico, os estereótipos sobre esse “tráfico interno africano” dificultaram a discussão sobre a racionalidade política e econômica dos seus agentes – e acabaram por silenciar sobre as experiências e trajetórias de suas vítimas.<sup>3</sup>

O caso do reino lozi pode ser útil para pensar essas contradições.<sup>4</sup> Originado por volta do século XVIII, o reino lozi foi uma formação política

3 Marcos Leitão de Almeida, “The Internal African Slave Trade as History and Representation” in *Oxford Research Encyclopedia of Anthropology*, 2022, [DOI](#). Um bom resumo da longa história desse debate está em: Manning, *Slavery and African Life*, pp. 12-20. Sobre as dificuldades de se discutir a história e a memória da escravidão em contextos africanos, ver ainda: Martin A. Klein, “Studying the History of Those Who Would Rather Forget: Oral History and the Experience of Slavery”, *History in Africa*, v. 16 (1989), pp. 209-217, [DOI](#); Ibrahima Thioub, “L’esclavage et les traies en Afrique occidentale : entre mémoires et histoires” in Adame Ba Konaré (Ed.), *Petit précis de remise à niveau sur l’histoire africaine à l’usage du président Sarkozy* (Paris: La Découverte, 2008), pp. 201-213; Benedetta Rossi, “Introduction: Rethinking Slavery in West Africa” in Benedetta Rossi (Ed.), *Reconfiguring Slavery: West African Trajectories* (Liverpool: Liverpool University Press, 2009), pp. 1-23.

4 O etnônimo do povo associado a esse espaço por vezes foi utilizado de forma intercambiável para servir de topônimo da região, sendo, portanto, conhecido também como Barotse (uma corruptela do plural de lozi, ba-lozi) em português. Algumas fontes primárias de meados do século XIX, como David Livingstone e Emil Holub, também utilizam esse termo tanto para o povo quanto para o território. No entanto, em outras fontes, como os cadernos de Silva Porto, a região é referida por outro termo, “Lui”, o que é reproduzido nos textos de Maria Emília Madeira Santos, quando não utiliza o termo “lozi”. Maria Emília Madeira Santos, *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998. A tradução mais precisa do uso recorrente desse termo seria como um adjetivo (sendo o “povo barotse”, o “reino barotse”, a “planície barotse”) e assim, o topônimo mais recorrente entre os estudiosos dessa região, que publicam majoritariamente em inglês, é Barotseland (“a terra barotse”), que é a designação imposta após o início da colonização britânica na região. Apesar dessa recorrência em inglês, opto aqui por não utilizar o termo bastante carregado ideologicamente “Barotselândia”, ainda mais para um estudo sobre o período pré-colonial. Para trabalhos em português que utilizam “Barotse” (ou Barotze) designando o território, ver, por exemplo: Eduardo dos Santos, *A Questão do Barotze*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1986;

localizada majoritariamente no território da atual província ocidental da Zâmbia, tendo estendido sua influência mais direta em territórios que hoje também estão divididos em Angola, Namíbia, Botswana e Zimbabwe. A origem do termo lozi é incerta e as duas tradições principais que a explicam se ligam com a própria gênese do reino.<sup>5</sup> Uma das teorias afirma que os “ma-lozi” seriam os fundadores da dinastia real e da aristocracia que controla a planície alagada do Alto Zambeze, conhecida como Bulozí, sendo assim os malozi o oposto das pessoas comuns. A variante dessa teoria afirma que os malozi, como já apontado, eram conhecidos até o século XIX como “a-luyi” ou “aluyana”, e que passariam a ser chamados de ma-lozi por conquistadores sothos vindos para região em meados do século XIX, que associaram os habitantes locais ao território, traduzindo o termo “lozi” por “planície”.<sup>6</sup> Essa localização ambientalmente excepcional no centro da Savana Central não só colocou o reino lozi em uma posição bastante particular dentro do cenário político de uma região marcada por grandes formações estatais e rotas regionais de comércio caravaneiro, mas também desenvolveu uma formação política de grandes dimensões a milhares de quilômetros das costas ocidental e oriental.

---

Frederico Delgado Rosa & Filipe Verde, *Exploradores Portugueses e Reis Africanos: Viagens ao coração de África no século XIX*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013; além de trabalhos anteriores nossos, principalmente: Ivan Sicca Gonçalves, “Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola: sertanejos e centro-africanos nas páginas de António da Silva Porto (1841-1869)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021, [↗](#). Agradeço à parecerista anônima desse texto por ter colocado essa importante questão terminológica.

- 5 Como ocorrerá com todos os restantes etnônimos africanos utilizados nesse texto, “lozi” sempre será grafado no singular e com letra minúscula, sem as partículas prefixais indicando plural (ba- ou ma-). Quando forem utilizáveis também como topônimos, no entanto, como é o caso de “Luvale”, o território será designado por letra maiúscula. Outros topônimos que são nomes próprios de regiões, como é o caso de Alto Zambeze ou Planalto Central, também estarão grafados com maiúsculas.
- 6 Mutumba Mainga, *Bulozí under the Luyana Kings: Political Evolution and State Formation in Pre-Colonial Zambia* (2ª ed.), Lusaka: Bookworld Publishers, 2010 [1973], pp. 1-5. Nesse mesmo trecho, Mutumba Mainga, que designa a região como “Bulozí” e não “Barotseland”, afirma que Bulozí se refere propriamente à área da planície alagável e não à totalidade dos territórios que seriam controlados por esse reino, motivo pelo qual optei por não utilizá-lo neste texto como sinônimo de “reino lozi”.

Mesmo que os primeiros europeus só tenham chegado nessa planície em meados do século XIX, quando essa região passou a ter contato direto com as rotas do mundo Atlântico, e do Índico, os seus registros nos oferecem pistas da história e da organização interna da circulação de mercadorias pré-existente no Alto Zambeze. Mais do que isolados das dinâmicas globais, tais fontes mostram como os povos da região estavam profundamente integrados, à sua maneira, a circuitos interafricanos que eram autônomos aos conhecidos pelos estrangeiros que lá chegavam, mas que não eram alheios aos movimentos globais de mercadorias. As pistas sobre essa história estão exatamente no momento de transformação dos termos do contato do reino lozi com os circuitos intercontinentais. Um desses principais contatos foi realizado por caravanas saídas do reino do Bié, no atual Planalto Central de Angola. Como veremos, em meados do século XIX, as lideranças políticas do reino lozi redefiniram os termos da recepção e negociação com esses agentes comerciais, e assim alteraram as suas dinâmicas de conexão com o Mundo Atlântico. Assim, exploraremos como interconexões regionais e internacionais geraram transformações políticas profundas nessa região.

Com o intuito de evitar tanto um difusionismo analítico, que associa todas as transformações políticas às ações de agentes externos, quanto um destaque à autonomia histórica que ignore os impactos dos processos globais, este texto defende a necessidade de considerarmos a história do reino lozi dentro da história atlântica, mesmo que seu território se localize centenas de quilômetros do mar. Uma perspectiva de história atlântica não só traz possibilidades de reconhecimento de cenário políticos complexos e heterogêneos, levando em conta impactos e influências de agentes externos nas várias margens do oceano, mas demonstra ser uma forma de regionalização menos comprometida com as narrativas imperiais, que naturalizaram noções exógenas e anacrônicas para o período pré-colonial, como as de África Lusófona ou Anglófona.<sup>7</sup>

---

7 A formulação da necessidade de estudar interconexões regionais e internacionais sem cair em difusionismos ou apagar impactos dos processos globais foi inspirada em: David M. Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa: Sources, Historiography, and History” in *Oxford Research Encyclopedia of African History*, 2018, p. 5, .

Para além de reivindicar o aspecto atlântico dessa história, este estudo da atuação dos agentes comerciais vindos de Angola na região do reino lozi se dará a partir da perspectiva da própria trajetória interna dessa formação política. Tal esforço será feito não só para demonstrar a ciência e interesses interpessoais das elites locais em manipular o comércio e seus agentes de acordo com os próprios projetos de poder, mas também para desfazer representações, reproduzidas por parte das fontes europeias, de vitimização dessas elites frente à violência e ganância de agentes externos.

Apesar do foco deste texto ser a política interna desse reino africano, cabe aqui definir o que estamos chamando de “Angola” e “angolanos” para o recorte Oitocentista. Mesmo que as fronteiras da colônia portuguesa constituíssem, por boa parte do século XIX, apenas uma pequena fração dos territórios que compõem o atual país independente, as malhas do comércio de longa distância que alimentaram por séculos a colônia portuguesa iam muito além dos territórios sob domínio direto da Coroa. De forma crítica, utilizo a noção de “angolanos” para me referir aos agentes vindos de regiões externas à Angola Oitocentista, por considerá-los como parte dessa Zona Atlântica de Angola, que era composta por diversas configurações políticas e que integrava interesses e iniciativas de agentes diversos entre si. Tais atores – que na Planície Lozi eram designados genericamente

---

Esforços semelhantes para o estudo dessa região central do continente, sem reivindicar a conexão com o mundo atlântico, também podem ser vistos em: Giacomo Macola, *The Gun in Central Africa: a History of Technology and Politics*, Athens: Ohio University Press, 2016; Giacomo Macola, “Warlordism in the Congo Basin between the Nineteenth and Twentieth Centuries”, *International Journal of African Historical Studies*, v. 56, n. 1 (2023), pp. 1-19. Para a defesa da possibilidade de fazer uma história Atlântica em terra firme e seus potenciais de superação das histórias imperiais, ver também: Alison Games, “Atlantic History: Definitions, Challenges, and Opportunities”, *The American Historical Review*, v. 111, n. 3 (2006), pp. 741-757, ; Thornton, *A África e os africanos*; Felipe Silveira de Oliveira Malacco e Ivan Sicca Gonçalves, “Entre Senegâmbia e Angola: comércio atlântico, protagonismo africano e dinâmicas regionais (séculos XVII e XIX)”, *Afro-Ásia*, v. 62 (2020), pp. 46-97, . Sobre as heranças dos discursos imperiais sobre a historiografia tradicional e recente sobre a África Centro-Occidental, ver ainda: Isabel Castro Henriques, *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, pp. 83-104; Estevam C. Thompson, “Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX”, *Africana Studia*, v. 25 (2015), pp. 33-69, .

como “*mambari*” – podem ser entendidos como parte de uma malha comum vinda da Zona Atlântica.<sup>8</sup>

As principais fontes produzidas por europeus sobre o reino lozi em meados do século XIX eram ricas tanto pela importância dos eventos relatados, quanto pela densidade de suas descrições. Trata-se dos textos do comerciante português António Francisco Ferreira da Silva Porto e do missionário escocês David Livingstone.<sup>9</sup> Silva Porto, nascido na cidade do Porto, residiu no Brasil durante a adolescência e posteriormente dedicou-se ao comércio no interior de Angola por cerca de cinquenta anos, entre 1840 e sua morte em 1890. Durante boa parte dos anos que atuou em Angola, Silva Porto alimentou um diário no qual narrava suas viagens pelo continente e o cotidiano de sua atividade comercial.<sup>10</sup> Como discutiremos na sequência,

---

8 Honoré Mbunga, “A problemática da periodização da História de Angola: o período colonial” in *Actas do II Encontro Internacional de História de Angola* (Luanda: Arquivo Histórico Nacional de Angola/ Ministério da Cultura, 2014), pp. 149-171; Thompson, “Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela”, pp. 33-69; Carolina Perpétuo Corrêa, “Um Reino em Arquipélago: reflexões sobre a organização geopolítica de Angola no século XIX”, *Historiae*, v. 10, n. 2 (2019), pp. 33–66, [↗](#); Ivan Sicca Gonçalves, “Às Margens do Império, por dentro dos sobados: Estratégias comerciais de sertanejos e centro-africanos no Planalto Central Angolano (décadas de 1840 a 1860)”, *Faces de Clio*, v. 6, n. 11 (2020), pp. 191-222, [↗](#). A noção que utilizo de Zona Atlântica, enquanto malha de territórios diretamente integrados política e economicamente aos circuitos oceânicos, é a desenvolvida por: Achim Von Oppen, *Terms of Trade and Terms of Trust: The History and Contexts of Pre-Colonial Market Production around the Upper Zambezi and Kasai*, Münster: Lit Verlag, 1994. Como esse conceito foi empregado por vários autores como um nome próprio para a macro-região envolvida com as dinâmicas do Oceano, utilizamos ele com letras maiúsculas, seguindo padrão justificado na nota 5.

9 Para o período anterior à década de 1880, há também contribuições mais modestas de outros agentes europeus: os relatos autobiográficos de James Chapman, William Cotton Oswell, Emil Holub, Alexandre de Serpa Pinto, Norman MacLeod, George Westbeech e Frederick Arnot. Após a década de 1880, com a instalação da missão da Société des Missions Évangéliques de Paris, da Igreja Reformada Francesa, as fontes europeias aumentaram consideravelmente em quantidade e qualidade. William Gervase Clarence-Smith, “Rainfall and Floods in the Upper Zambezi Basin, 1680s to 1910s” in Philip Gooding (Ed.), *Droughts, Floods, and Global Climatic Anomalies in the Indian Ocean World*, (Cham: Palgrave Macmillan, 2022), pp. 147-148. Entre as principais fontes produzidas por essa missão, estão os escritos de Adolphe Jalla e do casal François e Christina Coillard.

10 Sobre a vida e carreira de Silva Porto, ver: Santos, *Nos caminhos de África*; Constança do Nascimento da Rosa Ferreira Ceita, “Silva Porto na África Central – Viye/ Angola: História Social e Transcultural de um Sertanejo (1839-1890)”, Tese (Doutorado em

muitos comerciantes africanos e europeus residentes no Bié se dedicaram ao comércio de marfim, direcionando suas caravanas para a região do reino lozi, onde conseguiam presas em alta quantidade e com bom preço.<sup>11</sup>

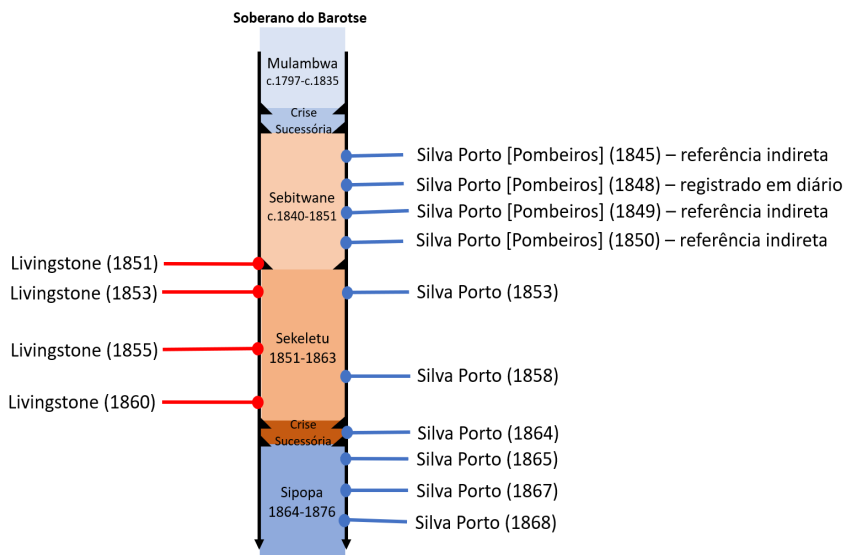
O autor da segunda fonte fundamental para esse período é Livingstone. Missionário formado em medicina, ele partiu para a região da atual África do Sul em 1841, e realizou uma série de viagens a norte, seguindo até a Planície Lozi nas décadas seguintes. Tornando-se um dos exploradores europeus mais conhecidos e lidos de sua época, Livingstone é considerado um pioneiro nas viagens científicas para mapeamento dos povos e territórios da África a sul do Equador, tendo realizado a travessia por terra do reino lozi até cada uma das margens africanas (primeiro para o Atlântico, e depois para o Índico). Livingstone faleceu no interior do continente em 1873.<sup>12</sup> Além de dois livros publicados em vida, vários de seus cadernos manuscritos receberam edições comentadas durante o século XX e foram amplamente usados como fonte dos historiadores anglófonos especialistas na região.

---

Estudos Portugueses), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, [↗](#); Gonçalves, “Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola” & Ana Rita Amaral, “Um Portuense em África: Notes for a Biography of a Luso-African Archive”, *e-journal of Portuguese History*, v. 20, n. 2 (2022), pp. 47–67, [↗](#). A maioria dos escritos de Silva Porto mantém-se na forma manuscrita e diferentes versões deles estão salvas-guardadas na Sociedade de Geografia de Lisboa e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Recentemente, a biblioteca do Porto passou a disponibilizar online e gratuitamente todos os seus volumes dos diários de Silva Porto no portal BPMP Digit@l, disponível em: [↗](#), acesso em 24 fev. 2024.

- 11 Essa experiência cultural e política bastante própria da vida de Silva Porto gerou um material de dimensões, forma e conteúdo bastante distinto de escritos contemporâneos em língua europeia que compunham a chamada biblioteca colonial, razão pela qual seus cadernos já foram classificados enquanto um “arquivo luso-africano” em: Amaral, “Um Portuense em África”.
- 12 Sobre a vida e obra de Livingstone, entre vários outros, ver: Andrew Ross, *David Livingstone: Mission and Empire*, London; New York: Hambledon & London, 2002; Tim Jeal, *Livingstone: Revised and Expanded Edition*, New Haven: Yale University Press, 2013. Os livros publicados por Livingstone durante sua vida estão em domínio público. Alguns dos seus manuscritos estão disponibilizados de forma online no portal “Livingstone Online: illuminating imperial exploration”, disponível em: [↗](#), acesso em 24 fev. 2024. Na plataforma há uma lista de todas as publicações de seus textos autorais, assim como da bibliografia especializada sobre a sua vida e carreira.

**Quadro 1: Passagens Relatadas de Silva Porto e Livingstone pelo Reino Lozi<sup>13</sup>**



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Porto. Ms. 1235, Silva Porto, António Francisco Ferreira da Silva Porto. *Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África*, 1º Volume, 1846-1854; Ms. 1236, Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 2º Volume, 1854-1862; Ms. 1237, Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 3º Volume, 1862-1866; Ms. 1239, Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 4º Volume, 1866-1868; Ms. 1240, Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 5º Volume, 1868-1869; David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, London: John Murray, Albemarle Street, 1857; David Livingstone & Charles Livingstone, *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries*, New York: Harper & Brothers Publishers, 1866; António Francisco Ferreira da Silva Porto, *Silva Porto e Livingstone: Manuscrito de Silva Porto encontrado no seu espolio*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891.

Assim, considerando as potencialidades dessas fontes e as questões levantadas anteriormente, este texto propõe recolocar quatro momentos-chave da história política do reino lozi a partir das suas conexões com processos atlânticos, sendo eles: a expulsão dos *mambari* por Mulambwa; a conquista da planície pelos kololo; a proibição do tráfico de escravizados por Sekeletu; e a restauração lozi no controle do reino. O foco deste

13 Vale destacar que Silva Porto realizaria novas viagens ao reino lozi durante a década de 1880, que também estão relatadas em seus diários não publicados, mas que não correspondem ao recorte cronológico desse estudo.

texto é a relação das elites governantes do reino com a diáspora comercial vinda do centro de Angola. Esse tema não é inédito, visto que os trabalhos clássicos de Andrew Roberts e Mutumba Mainga, ou contribuições mais recentes como de Walima Kalusa, Giacomo Macola e Jack Hogan, lidaram com essa questão. No entanto, o prisma que propomos aqui permite reinterpretar esses acontecimentos para além de dinâmicas da política regional, exploradas por esses autores, possibilitando abrir novas questões sobre as conexões dos eventos mais internos às dinâmicas globais do Mundo Atlântico.<sup>14</sup> Para tal, um agente interno a essa diáspora, Silva Porto, e um observador externo, Livingstone, trazem descrições fundamentais para compreendermos as conexões internas com processos globais e os seus antecedentes. Optou-se por reavaliar as interpretações mais consolidadas da historiografia produzida até então dentro do contexto dos circuitos atlânticos, apontando para lacunas desses trabalhos, causadas principalmente pelo pouco acesso por parte da maior parte dos historiadores anglófonos aos cadernos de Silva Porto. No entanto, uma análise detalhada e cuidadosa dessas duas obras, inclusive apontando para divergências e escolhas

14 Andrew Roberts, *A History of Zambia*, London: Heinemann, 1976; Mainga, *Bulizi under the Luyana Kings*; Walima T. Kalusa, “Elders, Young Men, and David Livingstone’s ‘Civilizing Mission’: Revisiting the Disintegration of the Kololo Kingdom, 1851-1864”, *The International Journal of African Historical Studies*, v. 42, n. 1 (2009), pp. 55-80, ; Walima T. Kalusa, “Strange Bedfellows: David Livingstone, Sekeletu, Imported Goods, and the 1853–1856 Trans-African Expedition”, *Journal of African Cultural Studies*, v. 27, n. 2 (2015), pp. 133-145, ; Giacomo Macola, “Reassessing the Significance of Firearms in Central Africa: The Case of North-Western Zambia to the 1920’s”, *Journal of African History*, v. 51 (2010), pp. 301-321, ; Macola, *The Gun in Central Africa*; Jack Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland, Western Zambia (c. 1800-1925)”, Tese (Doutorado em História), University of Kent, Canterbury, 2014, . Para além dessas coleções documentais e da coleta de tradições orais, a maioria desses trabalhos utilizaram também os relatos descritos na nota 9. Uma exceção cabe ser feita ao livro de Achim von Oppen, que é o único que reivindica o reino lozi como parte do Mundo Atlântico. Esse autor, em um recorte mais amplo para vários Estados africanos do Alto Zambeze e Kasai, mostrou como as ações de tais entidades políticas podem ser reinterpretadas a partir de escolhas conscientes sobre suas relações com sujeitos vindos de regiões mais próximas do Oceano. No entanto, escrito nos anos 1980, esse trabalho foi anterior à renovação da história de Angola em função de sua formação no espaço do Atlântico Sul, e o impacto de processos como a abolição do tráfico transatlântico de escravizados, e a chamada passagem para o comércio lícito, não estão presentes em suas análises pioneiras. Oppen, *Terms of Trade and Terms of Trust*.

intencionais de cada autor, e a polêmica pública e interpessoal entre os dois, é ainda um trabalho a ser feito – algo que este texto não se propõe a fazer. O próprio encontro pessoal dos dois viajantes na corte do Barotse em 1853, apesar de ser episódio bastante conhecido, não recebeu até o presente momento análise mais ambientada nas dinâmicas políticas regionais.<sup>15</sup>

## O Reino Lozi

Como em outros reinos da África Centro-Occidental,<sup>16</sup> muitas tradições orais sobre a origem do reino lozi baseiam-se na união de um conquistador vindo da região da Lunda com uma esposa autóctone. No entanto, essa suposta origem do estado por uma elite guerreira emigrada da Lunda foi posta em suspeição desde os primeiros estudos acadêmicos sobre a região. Os principais elementos que colocavam em dúvida essa origem lunda do reino lozi eram a construção de túmulos reais produzidos acima de montes artificiais – algo sem paralelos no Alto Zambeze –, e a presença de uma língua local com traços luba.<sup>17</sup> Mais recentemente, novos dados arqueoló-

---

15 Para dois exemplos dessa ausência de diálogo com a história do reino lozi, ver: Maria Emília Madeira Santos, “Silva Porto e os caminhos da África” in *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*, 2ª ed. (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988), pp. 249-265; Frederico Delgado Rosa & Filipe Verde, “Reis Brancos: David Livingstone e a viagem impossível de Silva Porto” in *Exploradores Portugueses e Reis Africanos: Viagens ao coração de África no século XIX* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013), pp. 133-157.

16 Não entrarei aqui no rico debate sobre a aplicabilidade das noções de “estados” ou “impérios” para a caracterização das formações políticas africanas. Para uma introdução ao debate, ver: Joseph C. Miller, *Kings and Kinsmen: early Mbundu states in Angola*, London: Oxford University Press, 1976. Subscrevo a opção neste texto de utilizar a noção de “reino”, que foi apropriada por parte da historiografia da África Central sem necessariamente reivindicar semelhanças institucionais com as monarquias europeias, conforme exposto em: Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa”, pp. 1-5. Cabe o destaque que, como ficará sugerido nas referências subsequentes, também é comum entre os historiadores considerar o reino lozi como um Estado ou um Império.

17 Jan Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, Madison/Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1966, pp. 174-176; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 14-18; Roberts, *A History of Zambia*, pp. 96-97. Sobre a gênese e uso político de tradições orais centro-africanas e suas relações com as alegadas origens lunda, ver: Beatrix Heintze,

gicos e linguísticos indicam a formação de um estado centralizado a partir de elites autóctones por volta do século XVIII, e não nos séculos XV ou XVI, como indicavam as teorias de uma exogênese lunda.<sup>18</sup> As possíveis ligações que o reino lozi tinha com a Lunda, enquanto parte integrante de seus domínios já no século XIX, foram recolocadas recentemente por John Thornton.<sup>19</sup> A mobilização de tradições orais sobre origem e extensão de estados africanos é prática de longa data, e o próprio reino lozi reivindicaria em 1903 um histórico pouco verossímil de domínio em territórios a Norte, onde viviam luvalas, lundas e mbundas, no contexto da partilha e desenho das circunscrições coloniais.<sup>20</sup>

---

“As Construções de Parentesco e sua Retórica na Política da África Centro-Occidental do século XIX” in *A África Centro-Occidental no Século XIX (c. 1850-1890): Intercâmbio com o Mundo Exterior, Apropriação, Exploração e Documentação* (Luanda: Kilombelombe, 2013), pp. 39-100; Jean-Luc Vellut, “Notes sur le Lunda et la frontière luso-africaine (1700-1900)”, *Études d’Histoire africaine*, v. III (1972), pp. 61-166; Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa”, pp. 8-10.

18 Jack Hogan, “Lozi Empire” in John M. MacKenzie (org.), *The Encyclopedia of Empire* (Chichester: Wiley-Blackwell, 2016), p. 1.

19 John K. Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, Cambridge: Cambridge University Press, 2020, pp. 318-319. Contra essa tese, ver: Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 19-20. A principal base da hipótese de Thornton é uma lista de 1846 com os estados tributários do Imperador Lunda colhida na viagem de Joaquim Rodrigues Graça que, entre os soberanos listados, o maior tributo seria pago por um “Cacoma-Mulonga-Lybeje”. Joaquim Rodrigues Graça, “Expedição ao Muatayanvua: Diário de Joaquim Rodrigues Graça. Manuscrito Original da Sociedade de Geographia de Lisboa”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, v. 8/9 (1890), p. 468. Thornton acredita que esse tributário seria o rei lozi Mulambwa Santulu, de título Cacoma Milonga, que discutiremos na sessão seguinte deste texto. No entanto, em 1846 já fazia algum tempo que Mulambwa havia falecido e que a planície alagada tinha sido conquistada pelos povos kololo vindos da África Austral. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 61.

20 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 22–23. A alegação em questão sugeriria esse domínio lozi a norte durante o reinado de Mboo, mas, a partir das tradições orais dos luvala, Thornton levanta a hipótese de poder ter havido um domínio de pequena duração do reino lozi sobre o Luvala em período posterior, durante o reinado de Cacoma Milonga. No entanto, por causa dessa mesma disputa jurisdicional, os narradores luvalas sempre rejeitaram qualquer ligação explícita com o passado lozi. Pela mesma disputa, os luvala teriam reivindicado uma origem lunda para seu estado, defendendo sua autonomia frente aos vizinhos lozi durante o período colonial. Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, p. 311; Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa”, p. 10.

A gênese e vida política do reino lozi se deram em torno da planície por onde passa o rio Zambeze. Em uma região alagada por parte do ano e com regime mais regular de chuvas, essa região contrasta com seus entornos, seja pelas áreas áridas e pouco povoadas da Savana Central africana, seja das florestas circunvizinhas da planície. Assim, o controle sobre essa região alagável e seu potencial para a agricultura e pecuária bovina (com o depósito de sedimentos após a baixa do rio e uma área livre da mosca tsé-tsé) constituía o cerne das disputas políticas locais. Do mesmo modo, o controle do comércio regional com os povos da floresta e da savana, que dependiam dos produtos estratégicos da planície, constituía um elemento formador da estrutura de poder entre os lozi.<sup>21</sup> Foi exatamente para controlar o comércio regional com os povos da floresta que se iniciou a expansão do reino lozi, desde seu início construindo instituições que possibilitavam o controle sobre recursos estratégicos necessários para entrada e saída da planície, assim como instrumentos de governança e tributação dos outros povos que foram incorporados. Como explicou Roberts: “Dessa forma, o reino lozi tomou um aspecto imperial: ele consistia em um núcleo altamente centralizado, habitado pelos próprios lozi, cercado por uma região mais ampla, mas vagamente controlada, habitada por súditos de povos como os mbunda, os kwangwa e os totela”.<sup>22</sup>

Um dos instrumentos mais importantes nesse sentido foram os *makolo*: prerrogativa de mobilização dos súditos do reino para trabalhos públicos. Era exigido de cada administrador local uma parte de seus dependentes para grandes operações, como a construção de canais, cultivo de jardins, cuidado do gado, o transporte de mercadorias ou mesmo o serviço militar. O potencial de mobilizar os *makolo* para seus interesses e necessidades era um dos mais importantes instrumentos de poder nas mãos do soberano do reino, o litunga, podendo supostamente recrutar quaisquer homens e mulheres que fossem seus súditos, fossem de origem lozi ou não. A capacidade do governo central de mobilizar povos e mercadorias para seus interesses, para assim alimentar as alianças na elite por relações

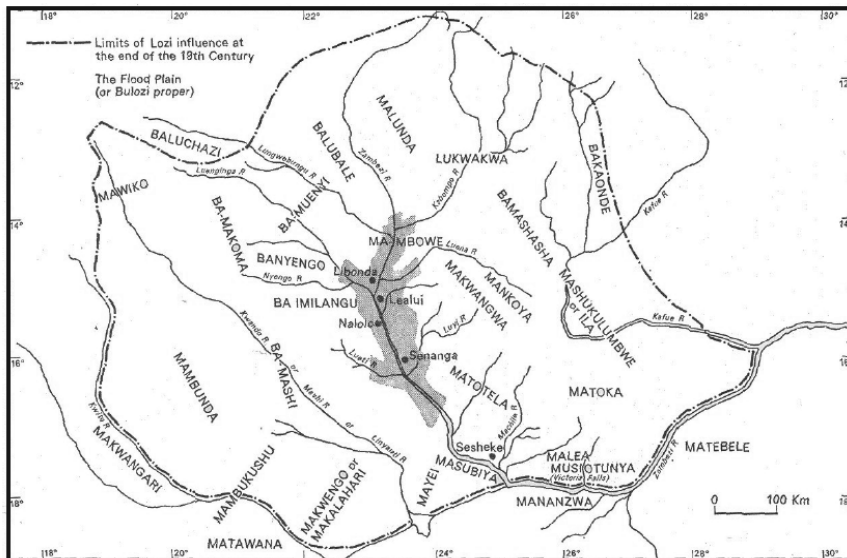
---

21 Clarence-Smith, “Rainfall and Floods”, pp. 131-135; Hogan, “Lozi Empire”, p. 1.

22 Roberts, *A History of Zambia*, p. 98. Tradução minha.

de patronagem, constituía o principal desafio para viabilizar o reinado de cada litunga dos lozi.

**Mapa 1: Principais Povos e Regiões do Reino Lozi, destacando a área alagável<sup>23</sup>**



Fonte: Mutumba Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings: Political Evolution and State Formation in Pre-Colonial Zambia* (2. ed.), Lusaka: Bookworld Publishers, 2010, p. 148.

Como defendeu Madeira Santos, para além das vantagens ambientais para agricultura e pecuária, o Zambeze também oferecia proteção aos soberanos locais, principalmente contra aqueles que vinham pelo Oeste. Podendo demorar vários dias para a travessia de uma comitiva comercial ou militar, o domínio do soberano do reino sobre os canoieiros permitia que ele escolhesse quem poderia ou não entrar em seus domínios.<sup>24</sup> O mesmo tipo

23 A maioria dos povos nesse mapa estão indicados por etnônimos no plural, com os prefixos “ma” e “ba”, razão pela qual há uma divergência nas grafias dos nomes dos toka, subyia, lunda, luvale, nkoya, nyengo, mbunda, kwangwa e totela, que já foram ou serão referidos na sequência.

24 Maria Emília Madeira Santos, “Os Lozi e o Zambeze: a água e a organização do espaço” in *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)*

de proteção e controle não era oferecido a sul da planície, de onde, como veremos, vieram uma série de invasões ao território durante o Oitocentos. Além disso, no Sul não havia a mesma possibilidade de circulação para o gado que era permitida pela ausência de moscas tsé-tsé da planície e nas áreas alagas. A isso se somava ao fato de que, assim como em quase todo o vale do Zambeze, a malária era endêmica nessa porção austral do reino, o que podia ser especialmente insalubre para estrangeiros, incluindo os grupos africanos vindos das regiões áridas do sul do continente.<sup>25</sup>

Além das dificuldades de gerir os vários povos dominados e de conseguir manejar os *makolos* em diversas ocasiões, o exercício do poder central no reino foi constantemente dificultado pelas disputas internas entre os membros da elite reinante. Como apontado por Mutumba Mainga, com regras sucessórias pouco explícitas e um alto poder atribuído às burocracias religiosas e administrativas, por vezes os povos não-lozi do reino tornaram-se fundamentais dentro das disputas internas da elite lozi, sendo recorrentemente remanejados entre facções de dentro do poder. Assim, alguns não-lozi conseguiam também se integrar aos circuitos de compra e venda de pessoas e mercadorias geridos pelo poder central. Como aconteceu com outros reinos da Savana Central, a expansão dos diferentes ramos dos comércios oceânicos nos séculos XVIII e XIX serviram ora para aumentar as tensões internas dentro desses reinos, ora para abrir oportunidades a novos contendentes nas disputas.<sup>26</sup> É importante ter isso em mente para quando analisarmos (nas próximas seções) a atuação desses estrangeiros, europeus e africanos, nos processos políticos internos ao reino lozi. Tais atores se utilizavam de acordos e alianças informais com grupos distintos da elite local. As elites locais, por sua vez, souberam aproveitar

---

(Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998 [1992]), pp. 305-332; Clarence-Smith, “Rainfall and Floods in the Upper Zambezi Basin”, pp. 137-138.

25 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 85; Clarence-Smith, “Rainfall and Floods”, p. 143.

26 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 26-30, 42-43, 99-102; Roberts, *A History of Zambia*, p. 100.

das possibilidades que os novos interlocutores traziam para seus próprios objetivos, como veremos.

## O “Amor pelo seu Povo” e o contato indireto com a Zona Atlântica

Seguindo a proposta deste texto, cabe inicialmente dimensionar quais eram os arranjos políticos e econômicos no contexto atlântico para compreender seus impactos nas estruturas e tensões internas da vida política do reino lozi. Indo muito além do alcance do litoral, a Zona Atlântica de Angola era caracterizada no século XVIII por uma malha heterogênea de territórios sob diversas soberanias. Em oposição ao século anterior, com as chamadas “guerras angolanas”, a colônia portuguesa setecentista teve poucas mudanças territoriais, sendo interrompida a expansão via rio Kwanza pelos estados de Matamba e Kasanje. Na região de Benguela, por sua vez, grandes estados do Planalto Central como o Huambo, o Bié e o Bailundo, também tiveram tensões crescentes com os portugueses. Alguns desses estados ameaçavam as bases militares portuguesas e comercializavam diretamente com outros europeus na região, em especial os franceses – o que resultaria na década de 1770 na chamada guerra do Bailundo. Esse processo resultou na imposição de tratados de vassalagem pelos portugueses aos principais estados da região.<sup>27</sup> Nesse rescaldo, como mostra uma vasta historiografia sobre Angola, expandiu-se um novo ramo do comércio de longa distância, protagonizado por agentes africanos em parceria com negociantes europeus residentes no interior ou na costa. Essas redes comerciais levavam mercadorias vindas dos portos atlânticos

---

27 Joseph C. Miller, “Angola central e sul por volta de 1840”, *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 32 (1997), pp. 29-31, ; Roquinaldo Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*, New York: Cambridge University Press, 2012, pp. 20-24; Mariana Candido, *An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland*, New York: Cambridge University Press, 2013, pp. 298-299; Thornton, *A History of West Central Africa to 1850*, pp. 298-302.

a regiões mais distantes do litoral. A principal consequência disso foi uma expansão da zona de influência econômica portuguesa para a região da Savana Central, mesmo que os agentes oficiais da colônia não pudessem atuar diretamente nessas terras tão longínquas.<sup>28</sup>

São por esses circuitos informais do comércio atlântico que chegam as primeiras notícias europeias sobre a existência do reino lozi. Em 1795, em uma viagem saindo de Benguela em direção ao Luvale, dois comerciantes sertanejos, Alexandre da Silva Teixeira e José d'Assumpção e Mello, nascidos respectivamente em Portugal e no Brasil, registraram nomes dos sobados dessa região do Alto Zambeze. Na ocasião, registraram que a Leste estava o território do “Sova do Luy, e Amboellas”, fazendo referência ao rei do Barotse, chamado localmente de “Lui”, e aos povos Mbwela (ou Nkoya).<sup>29</sup> Dois anos mais tarde, um outro sertanejo, residente do Bié, João Nepomuceno Corrêa, ao descrever o rio Zambeze que passava pelas terras do Luvale, se refere a “um grande soba denominado Cacoma Milonga, sitiado em uma grande ilha”, que vendia muito gado aos luvale.<sup>30</sup>

---

28 Vellut, “Notes sur le Lunda”, pp. 88-89; Oppen, *Terms of Trade and Terms of Trust*, pp. 53-56; Maria Emília Madeira Santos, “Perspectiva do Comércio Sertanejo do Bié na Segunda Metade do Século XIX” in Maria Emília Madeira Santos *Nos caminhos de África* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998 [1981]), pp. 5-17; Candido, *An African slaving port*, pp. 292-310; Gonçalves, “Comércio, política e trabalho”.

29 Lopes de Almeida, *Notícias históricas de Portugal e Brasil (1751-1800)*, 1964 apud Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 1-2. Comerciantes sertanejos são aqueles que se dedicavam às atividades caravaneiras no interior do continente africano, chamado pelos portugueses de “sertão”. Para mais, ver: Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, pp. 29-50.

30 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro. Coleção IHGB, DL 29,17. Notícia Geral dos Costumes do Estado da Província do Behe e seus aliados até onde se estende o commercio dos Portugueses por João Nepomuceno Corrêa, ff. 10-10v, 1797. A referência nominal de Nepomuceno Corrêa auxilia na difícil cronologia do reinado de Mulambwa (Cacoma Milonga), que antecedeu qualquer visita de um europeu na região, confirmando, portanto, que por volta de 1797 o dito soberano já estava no poder na planície. Jan Vansina estima que Mulambwa deve ter falecido por volta de 1835, hipótese corroborada por Jack Hogan, que acredita que sua morte não deve ter antecedido em muito tempo a conquista da região pelos kololo por volta de 1840. Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, pp. 178-179; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, p. 72.

Ambos os relatos, produzidos por agentes comerciais provenientes da Zona Atlântica de Angola, reforçam as informações sobre um episódio bastante conhecido da história dos lozi, registrado pela primeira vez por Livingstone em 1851. Tais comerciantes caravaneiros, que como já dito antes eram chamados genericamente de *mambari*, teriam entrado em contato com Mulambwa e demonstrado o desejo de comprar cativos. No entanto, o soberano teria se recusado a vender escravos alegando que “amava demais o seu povo para pensar em vendê-lo”.<sup>31</sup> *Mambari* é um termo derivado da palavra *quimbar*, utilizada originalmente no Planalto Central para se referir aos escravizados sob posse dos brancos. Em várias passagens dos cadernos de Silva Porto, no entanto, é registrado um uso generalizado do termo a leste do planalto para designar qualquer agente vindo do altiplano associado aos brancos, ou mesmo à atividade comercial como um todo.<sup>32</sup> Após a recusa de Mulambwa em vender seus cativos, este teria expulsado os *mambari* de suas terras, forçando-os a deslocarem seu comércio para o Norte, o que fez do Luvale o principal ponto do vale do Zambeze para atuação das caravanas *mambari*.<sup>33</sup>

31 A citação literal é de um dos cadernos não publicados de Livingstone: Livingstone, *Private Journals 1851-1853*, 1960 *apud* Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, p. 73.

32 Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), Lisboa. Res. 2 – C – 6. António Francisco Ferreira da Silva Porto. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 2º volume, ff. 28-29 (04 jan. 1861); Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Porto. Ms. 1238. Silva Porto, António Francisco Ferreira da Silva Porto. Viagens e Apontamentos de Um Portuense em África, 3º Volume – BIS, fl. 83 (07 dez. 1863); François Bontinck, “Les Quimbaires: note sémantique”, *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell’Istituto italiano per l’Africa e l’Oriente*, v. 31, n. 1 (1976), pp. 41–55,  Santos, “Perspectiva do Comércio Sertanejo do Bié”, p. 16; Gonçalves, “Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola”, pp. 43, 117-118. Em seu texto, François Bontinck considera um equívoco o uso desse termo por Livingstone em seus relatos. O que parece ser subestimado nessa reserva é que o aparecimento desse significante nos escritos de Livingstone, e nos estudos neles baseados, deriva do fato dos seus informantes locais na planície, assim como outros povos do que hoje fazem parte do leste de Angola, utilizarem cotidianamente esse termo que, se unificava sujeitos distintos vindos do planalto, não era utilizado para outros agentes europeus e africanos do comércio caravaneiro vindos do leste ou do sul. Acredito que seja precisamente nessa percepção que venha a reflexão vernacular sobre o entendimento desses estrangeiros enquanto parte das redes atlânticas.

33 David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, London: John Murray, Albemarle Street, 1857, p. 218; Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, pp. 178-179;

A decisão de Mulambwa não pode ser entendida como um ato de isolacionismo, e muito menos como fruto de convicção antiescravista ou abolicionista. Pelo contrário, o “amor” pelo “seu povo” dizia respeito a manter os cativos dos lozi nas suas próprias terras. Como defendeu Hogan, há registros de aumento das razias escravistas e da população escrava como um todo na planície durante o governo de Mulambwa, com alta demanda por mão de obra e mobilização dos *makolo* para construção de montes artificiais e canalização das águas. Dessa forma, a busca por escravos estava tão alta na planície que não interessava ao reino lozi a venda de seus cativos para as redes atlânticas.<sup>34</sup>

Assim, como argumentou Achim von Oppen, a decisão de Mulambwa foi no sentido de manter um contato indireto com a Zona Atlântica, pelo qual mercadorias do litoral chegavam a regiões da Savana Central pelas quais tais comerciantes não transitavam pessoalmente. Com a expulsão da planície, os *mambari* passariam a comprar escravizados principalmente no Luvale. Outros povos residentes a Norte, como os lunda, lamba e até mesmo o Kazembe também atuavam na região do Luvale. Esse negócio trazia uma série de mercadorias importadas que tinham valor crescente na região. Há várias evidências de que nesse período os lozi mantiveram relações comerciais também com esses povos, comprando as mercadorias vindas do Atlântico em troca de gado e produtos agrícolas, e não por escravizados.<sup>35</sup>

## Na Rota dos mambari

Durante o século XIX, várias regiões do continente africano testemunharam um crescimento da violência e migrações em massa devido ao aumento

---

Macola, “Reassessing the Significance of Firearms”, pp. 304-307; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 71-75.

34 Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 71-75.

35 Oppen, *Terms of Trade and Terms of Trust*, p. 71; Roberts, *A History of Zambia*, pp. 115-116; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 73, 79. Como referido acima, entre essas evidências está o próprio Nepomuceno Correia, que se referiu aos lozi como vendedores de gado para o Luvale.

do tráfico oceânico de escravizados e ao crescimento do escravismo interno. Casos como o das jihads na África Ocidental, ou do Mfecane e das migrações Ngoni na África Austral, geraram o deslocamento de muitas pessoas de suas terras natais, além de processos de captura, escravização e deportação.<sup>36</sup> Nesses cenários, senhores da guerra buscaram controlar depósitos de riquezas estratégicas e acesso a caravanas comerciais, além de oferecerem refúgio armado a diferentes grupos de desabrigados.<sup>37</sup>

Mesmo que ciclos de expansão da escravidão atlântica tenham resultado em processos análogos ao longo dos séculos anteriores,<sup>38</sup> as mudanças sociais causadas pela supressão do tráfico na primeira metade do século XIX não minimizariam tais processos. Em Angola, com a expansão da lavoura e de atividades de exportação de produtos “lícitos”, houve aumento do uso de mão de obra escravizada dentro da colônia, assim como o houve ao longo da Zona Atlântica, fosse usando cativos para produção desses novos produtos de exportação, ou como carregadores para o seu transporte.<sup>39</sup> Como apontado por Isabel Castro Henriques, a expansão do comércio de marfim, uma das principais atividades lícitas dessa nova conjuntura de meados do Oitocentos, não só aumentou a demanda por carregadores, como deu acesso a armas de fogo e recursos estratégicos tanto a grandes estados monopolistas, quanto para grupos descentralizados de caçadores, o que, em algumas regiões, colocou em risco as estruturas internas de antigos estados consolidados há séculos. Processos semelhantes

---

36 Catherine Coquery-Vidrovitch, *Africa and the Africans in the Nineteenth Century: A Turbulent History*, New York: M. E. Sharpe, 2009; Pétré-Grenouilleau, “Long-Distance Trade and Economic Development”.

37 Gordon, “Wearing Cloth, Wielding Guns”, pp. 18, 34-35.

38 Joseph C. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1740-1830*, Madison: University of Wisconsin Press, 1988. David Gordon afirma explicitamente que o processo ocorrido em muitas regiões da África Central na segunda metade do século XIX foi o mesmo que ocorreu em Angola e Moçambique, com a expansão do tráfico atlântico nos séculos XVII e XVIII. Gordon, “Wearing Cloth, Wielding Guns”, pp. 18-19.

39 Entre outros, ver: Jill R. Dias, “Angola” in Valentim Alexandre e Jill R. Dias (orgs.), *O Império africano: 1825-1890* (Lisboa: Estampa, 1998), pp. 319-556; Roquinaldo Ferreira, *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*, Luanda: Kilombelombe, 2012.

foram analisados por Roberts e David Gordon em outras regiões da África Central, que também testemunharam um avanço brutal do comércio de marfim e de escravos ao longo do século XIX. Tal negócio era financiado e se alimentava desses ciclos crescentes de violência política. Foi nesse período que as regiões da atual Zâmbia passaram a ser mais diretamente ligadas ao mercado mundial.<sup>40</sup>

Um desse ciclos de violência iniciados na região da atual África do Sul no início do século foi a chamada *mfecane*, uma longa onda de conflitos armados iniciados pela expansão dos domínios dos zulus liderados por Shaka. Esse processo gerou a expulsão de diversos povos de suas terras, que, por sua vez, atacavam e desalojaram outros grupos localizados em regiões circunvizinhas, gerando ciclos de migrações forçadas e invasões armadas.<sup>41</sup> Esse foi o caso dos kololo,<sup>42</sup> um povo sotho que na década de 1820 teria sido expulso de suas terras em Orange (atual Free State, na África do Sul), deslocando-se a oeste e norte pelas terras dos tswana. Os kololo foram atacados em diferentes ocasiões pelos griqua e pelos ndebele, até se estabelecerem a sul da Planície Lozi no início dos anos 1830, próximos às Cataratas Mosi-oa-Tunya (atualmente Cataratas Vitória).<sup>43</sup> Liderados por

---

40 Henriques, *Percursos da modernidade em Angola*; Roberts, *A History of Zambia*, pp. 117-118; David M. Gordon, “The Abolition of the Slave Trade and the Transformation of the South-Central African Interior during the Nineteenth Century”, *The William and Mary Quarterly*, v. 66, n. 4 (2009), pp. 919-923, [↗](#); Gordon, “Wearing Cloth, Wielding Guns”, pp. 23-24. Roberts faz ressalva importante sobre a necessidade de se considerar que um cenário narrado por muitos observadores europeus de um interior do continente repleto de violência tribal e endêmica era um *topos* importante da campanha imperialista. Roberts, *A History of Zambia*, pp. 141-142. Mesmo assim, para destaque ao processo de real intensificação da violência, ver: Coquery-Vidrovitch, *Africa and the Africans in the Nineteenth Century*, pp. 12-13; Gordon, “The Abolition of the Slave Trade”, pp. 927-928.

41 Sobre a Mfecane e os debates historiográficos em torno de suas causas e efeitos, ver: Coquery-Vidrovitch, *Africa and the Africans*, pp. 135-143; Gordon, “The Abolition of the Slave Trade”, pp. 923-924; Gabriela Aparecida dos Santos, “Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)”, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, [↗](#).

42 Kololo, cujo plural, “makololo”, não deve ser confundido com o sistema de makolo do reino lozi.

43 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 60-61; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 76-78.

Sebitwane, como apontado por vários autores, longe de estarem seguros nessa região, os kololo continuaram sofrendo razias dos ndebele e se instalaram na planície alagada do rio Kafue, interferindo cada vez mais na política dos povos ila, toka e subyia, que eram vítimas de recorrentes razias escravistas dos lozi.<sup>44</sup>

Diante de uma crise sucessória no interior do reino após a morte de Mulambwa, Sebitwane aproveitou o contexto de guerra civil entre os soberanos lozi e por volta de 1840 liderou os kololo em uma ação de conquista, tomando o controle da planície.<sup>45</sup> Ao fazê-lo, Sebitwane expulsou para fora da área alagável boa parte das elites lozi, que se separariam no exílio em regiões afastadas entre si (uma parte indo para o Nyengo, a noroeste, e outra para Lukwakwa, a norte). Com o domínio da planície consolidado, os novos soberanos passaram a controlar recursos fundamentais para a economia do reino lozi como os grandes rebanhos de gado. Os soberanos também abriram o comércio para os *mambari*, passando a ter contato direto com a Zona Atlântica e permitindo a travessia do Zambeze para a circulação de caravanas repletas de mercadorias (como tecidos manufaturados, bebidas alcoólicas, contarias, pólvora e armas de fogo) vindas do Oeste.<sup>46</sup>

Para além de controlar a circulação de recursos, Sebitwane e seus sucessores mantiveram boa parte das estruturas institucionais do reino

---

44 Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, p. 212; Roberts, *A History of Zambia*, pp. 126–127; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 61, 65–67.

45 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 67–70; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 76–78. Como destaca Mainga, a conquista da planície não encerra a preocupação dos kololo com os ndebele, tendo uma subsequente invasão destes à planície que quase resultou na morte de Sebitwane, e que durante todo o período de domínio dos kololo na região houve razias periódicas feitas pelos ndebele contra os kololo e outros povos tributários que residiam a sul do reino. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 70–71, 83–84.

46 A hipótese da conquista dos kololo ter sido motivada explicitamente pelo desejo de acesso direto às rotas da Zona Atlântica foi colocada por: Oppen, *Terms of Trade and Terms of Trust*, p. 71. Anteriormente Mainga já tinha destacado que, com o contato direto com os *mambari*, os kololo puderam ter acesso às mercadorias importadas sem se relacionar diretamente com os lunda, luvale e mbunda, três povos do Norte com os quais os kololo não tinham boas relações. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 78.

lozi, que seriam recuperadas posteriormente após a expulsão dos kololo. A continuidade histórica entre as instituições desses governos foi destacada por parte da historiografia. No entanto, Silva Porto passou a descrever seus cadernos o que, em algumas regiões, colocou em risco dos governos kololo.<sup>47</sup> Do ponto de vista cotidiano, como destacam Mainga e Hogan, não só os novos soberanos procuraram manter as relações tributárias com os súditos não-lozi ao longo da planície, mas também mantiveram (principalmente durante o governo de Sebitwane) muitos antigos aristocratas lozi dentro da administração do reino.<sup>48</sup> Como defendido por Macola, Olivier Pétré-Grenouilleau e Gordon, esse tipo de continuidade faz parte de um padrão, que tornou-se recorrente durante o Oitocentos na África Central, com a ampliação do controle dos territórios por senhores da guerra que se mantinham no poder por relações de patronagem mais ancoradas em coerção material do que os consensos simbólicos e rituais característicos das linhagens reinantes até então. Mesmo com essa quebra dos padrões de governança, que chegou a ser classificada por Joseph Miller como uma “revolução política” baseada em arranjos mais fragmentários e crescente dependência do acesso às mercadorias estrangeiras, houve vários casos nos quais esses senhores da guerra encontrassem legitimidade nas estruturas e ideologias políticas dos estados aos quais eles estavam transformando.<sup>49</sup>

47 Silva Porto explica na versão revisada de seu diário de 1848 que “Genje” é o nome dado ao povo kololo pelos lozi, definindo o termo em nota de rodapé como “Quer dizer audacioso. Nome posto pelos indígenas aos Macorrolos [kololo], e pelo qual nomeadamente se ficou designando o país”. BPMP. Ms. 1235. Silva Porto, Viagens e Apontamentos, 1º Volume, ff. 92-94 (22 jan. 1848). No entanto, este só passa a utilizar o termo de forma recorrente em seus diários somente a partir de 1860, se referindo ao reino como “Lui” nas suas viagens de 1853 e 1858. Uma busca preliminar nos textos publicados de Livingstone e na bibliografia anglófona não encontrou registro desse termo, possivelmente pelo contato inicial de Livingstone ter sido diretamente com os kololo e não com as elites lozi no exílio.

48 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”. Também cabe o destaque que vários dos novos senhores do território acabaram se unindo a esposas locais – muitas provenientes das elites autóctones –, que participariam da manutenção de padrões de hierarquia e governança mesmo depois da expulsão dos estrangeiros. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 91-92; Roberts, *A History of Zambia*, pp. 131-132.

49 Macola, “Warlordism in the Congo Basin”, pp. 1-3, 5-10; Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa”, pp. 11-13; Gordon, “Wearing Cloth, Wielding Guns”, pp. 29-32;

Nesse sentido, o interesse explícito de Sebitwane pelo contato direto com a Zona Atlântica fica evidenciado pelos primeiros relatos europeus sobre esse mandatário. Em 1851, quando Livingstone chegou pela primeira vez à planície, este testemunhou o final de seu reinado, e ao contar a história desse soberano em seu relato, afirma que Sebitwane teve “o que parece ter sido o sonho de sua vida inteira, um desejo de se relacionar com o homem branco”.<sup>50</sup> Parece lugar comum para vários historiadores, o que condiz com a percepção de Livingstone, que o principal desejo dos kololo nesse contato com os brancos desde o começo era o fornecimento de armas de fogo.<sup>51</sup> Em 1851, Sebitwane tomou Livingstone como um vendedor de armas e imaginou que seu ensino missionário poderia incluir a “arte de atirar”. O próprio missionário admitiu em seus cadernos que não conseguiu converter nenhum habitante local ao cristianismo, porém, mesmo assim, as suas atividades foram tomadas com bastante animação pela elite kololo.<sup>52</sup> No reinado de Sekeletu, filho e sucessor de Sebitwane, Roberts também aponta que outro motivo do contentamento local com a presença de Livingstone era o fato de que o seu sogro, o missionário Robert Moffat, era reconhecidamente um amigo de Mzilikazi, rei dos ndebele, o que gerava a esperança de que pudessem servir como mediadores da paz entre esses povos.<sup>53</sup>

Nos cadernos de Silva Porto, também há pistas da busca ativa de Sebitwane pelo contato direto com o comércio atlântico. As primeiras viagens para a planície de funcionários africanos de Silva Porto, os chamados pombeiros, foram realizadas em 1845, 1848 e 1849. As missões tiveram como destino a região do Lukulu, no norte da planície (no encontro

---

Pétre-Grenouilleau, “Long-Distance Trade and Economic Development”, pp. 178-183; Miller, *Way of death*.

50 Livingstone, *Missionary Travels*, p. 85. No original: “what seems to have been the dream of his whole life, a desire to have intercourse with the white man”. Tradução minha.

51 Para além do temor dos ndebele, há pelo menos dois episódios na década de 1820, durante a migração kololo, em que eles teriam sido atacados com armas de fogo pelos griqua e pelos ngwaketse. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 79; Kalusa, “Elders, Young Men”, p. 68; Macola, “Reassessing the Significance of Firearms”, pp. 304-307; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 78-79.

52 Gordon, “The Abolition of the Slave Trade”, p. 934; Kalusa, “Elders, Young Men”, p. 69-70.

53 Roberts, *A History of Zambia*, p. 130.

do rio Lungwebungu com o Zambeze), dominada por Mubukwanu, filho de Mulambwa (e um dos líderes da comunidade dos lozi no exílio). Contrariando as decisões do pai, Mubukwanu optou por também tentar um contato direto com a Zona Atlântica para assim manter sua posição política frente a investidas dos kololo, estratégia que foi mantida por seu filho Imasiku após a sua morte em 1849. No entanto, após uma tentativa malsucedida de tomar a região em 1845, os kololo fizeram um novo ataque contra o Lukulu em 1849, expulsando Imasiku, que migraria para Lukwakwa. Quando os pombeiros de Silva Porto chegaram ao Lukulu pela quarta vez, em 1850, não encontraram os canoeiros que os haviam levado anteriormente para a margem leste do rio. Diante desse fato, os *mambari* seguiram o curso do Zambeze até se encontrarem com a corte dos kololo em Naliele, no centro da planície, que, a partir de então, passariam a ser o parceiro principal das caravanas de Silva Porto.<sup>54</sup> Além de forçarem os *mambari* a passarem por suas terras, há registros de esforços dos kololo de mandarem comitivas a sul para comprar cavalos com os griqua de Kuruman.<sup>55</sup>

## A “Proibição do Tráfico”

Para além da questão de se as conexões estabelecidas entre a planície e o comércio dos *mambari* teriam sido de natureza direta ou indireta, importa definir quais eram os termos desse tipo de contato, negociados e delimitados cotidianamente de acordo com cada conjuntura política.

---

54 António Francisco Ferreira da Silva Porto, *Silva Porto e Livingstone: Manuscripto de Silva Porto encontrado no seu espolio*, Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891, pp. 16-18; Vansina, *Kingdoms of the Savanna*, p. 212; Roberts, *A History of Zambia*, p. 127; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 70; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, p. 78-80. Para considerações de Silva Porto sobre Sebitwane, seus projetos de atração dos *mambari* e o contexto da conquista do reino, ver: SGL. Res. 2 – C – 6. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 1º volume, ff. 170-188 (18 fev. 1853; 19 fev. 1853); BPMP. Ms. 1236. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 2º Volume, fl. 51 (16 out. 1858); Ms. 1238. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 3º Volume – BIS, ff. 136,137 (09 mai. 1864).

55 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 78.

Com isso em vista, passamos na sequência a analisar o reinado do filho e sucessor de Sebitwane, iniciado em 1851. Durante o governo desse soberano parece ter havido uma disputa política intensa da qual um de seus resultados foi a proibição, por um curto período, do tráfico de escravizados na região. Ao contrário da decisão de Mulambwa nas décadas anteriores, o novo soberano kololo chamado Sekeletu não proibiu o comércio atlântico, e sim especificamente a venda de pessoas escravizadas para os estrangeiros.

No entanto, para compreender as redes comerciais da África Central dos anos 1850, é necessário dar destaque aqui ao contexto mais geral do Atlântico. Após a proibição legal do tráfico escravista no Atlântico Norte nas décadas de 1820 e 1830, Portugal e o Brasil, recém independente, foram pressionados a também colocar essa atividade na ilegalidade em ambas as margens do Atlântico Sul, o que acabou ocorrendo oficialmente em 1836 e 1831, respectivamente. No entanto, após flutuações conjunturais, as demandas brasileira e cubana por africanos escravizados se mantiveram intensas nas décadas que se seguiram, incentivando um volumoso contrabando de cativos em portos da África Centro-Occidental (e Oriental).<sup>56</sup> Ao mesmo tempo, como apontaram Madeira Santos, Jill Dias, Maria Cristina Wissenbach e Roquinaldo Ferreira, entre outros, os grandes traficantes angolanos procuraram diversificar seus investimentos, financiando caravanas sertanejas para trazerem gêneros lícitos, como o marfim e a cera de abelha, além de comprarem terras para investirem em práticas agrícolas, principalmente para produção de café, mas também de tabaco, algodão e cana de açúcar.<sup>57</sup> Quanto aos contingentes de cativos que eram

---

56 David Eltis & David Richardson (Eds.), *Extending The Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*, New Haven: Yale University Press, 2008; Ferreira, *Dos Sertões ao Atlântico*; Daniel B. Domingues da Silva, *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867*, New York: Cambridge University Press, 2017.

57 Maria Emília Madeira Santos, “Trajectória do Comércio do Bié” in Maria Emília Madeira Santos, *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998 [1986]), pp. 83-91; Dias, “Angola”; Maria Cristina Cortez Wissenbach, “As Feitorias de Urzela e o Tráfico de Escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os Negócios da África Centro-Occidental na década de 1840”, *Afro-Ásia*, n. 43 (2011), pp. 43-90, ; Roquinaldo

embarcados de forma ilegal para as Américas, estudos recentes demonstram que eles vinham majoritariamente de regiões próximas ao litoral, muitas delas sob domínio nominal português. Isso não quer dizer que as caravanas sertanejas não traziam cativos, mas que a participação delas nesse tráfico ilegal era minoritária. Uma das razões principais era que as longuíssimas viagens do sertão ao litoral teriam sido um empecilho para a alta demanda e pressa dos traficantes em embarcarem os escravizados.<sup>58</sup>

Com essa reconversão, as caravanas dos *mambari*, que até então eram formadas principalmente para trazer cativos do Planalto Central e cercanias para a costa, passaram a ter como principal produto o marfim de elefantes.<sup>59</sup> Em 1834, como parte das políticas de fomento de novas atividades econômicas em Angola, o governo colonial aboliu o monopólio que a coroa portuguesa tinha sobre a comercialização de marfim. Os números de exportação do marfim angolano cresceram consideravelmente a partir de então, seja pelo aumento do preço de exportação, seja pela incorporação nos números oficiais do intenso contrabando. Um dos resultados imediatos do aumento dessas exportações foi a intensificação de um processo, já em curso desde o final do século XVIII, de extermínio e migração dos elefantes em territórios da atual Angola. Esses animais tornaram-se escassos não só no litoral, mas também em

---

Ferreira, “Abolicionismo versus Colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX)”, *Mulemba*, v. 4, n. 8 (2014), pp. 101-126, [DOI](#).

- 58 Ferreira, *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, pp. 52-87; Mariana Pinho Candido, *Fronteras de esclavización: Esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*, México: El Colegio de México, 2011, pp. 155-204; Silva, *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa 1780-1867*, pp. 73-99. Em especial, Daniel Domingues da Silva argumenta nesse trabalho que a presença em meados do século de sujeitos escravizados vindos de regiões tão distantes como a Lunda é evidência da conexão desse tráfico interno do Alto Zambeze e Kasai com o escravismo em Angola e no Atlântico Sul, mas estes estão em quantidade consideravelmente menor do que aqueles que eram capturados perto da costa. Sobre o tempo de viagem das caravanas e o cálculo do tráfico escravista, ver também: Santos, “Perspectiva do Comércio Sertanejo do Bié”, pp. 13-14; Ferreira, *Dos Sertões ao Atlântico*, pp. 282-284; Gonçalves, “Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola”, pp. 163-170.
- 59 Roquinaldo Ferreira, “Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul”, *Varia Historia*, v. 29, n. 51 (2013), pp. 687-691, [DOI](#); Santos, “Trajetória do Comércio do Bié”, pp. 86-87; Candido, *An African slaving port*, pp. 286-287, 305-308.

várias regiões do interior, incluindo o Planalto Central.<sup>60</sup> Optou-se, portanto, segundo Madeira Santos, pelo financiamento de caravanas sertanejas que fossem a regiões mais longínquas, como o Alto Zambeze, onde os sertanejos podiam encontrar não só grandes manadas de elefantes, mas também uma concentração de presas já caçadas nas mãos de chefias africanas que exerciam poder monopolista, possibilitando permutas individuais maiores que aumentavam a faixa de lucro. A autora argumenta que, quando os kololo abriram a planície para os mercadores estrangeiros, os *mambari* teriam encontrado as duas coisas: uma terra rica em marfim e a concentração de todas as presas nas mãos do soberano do país.<sup>61</sup>

Em troca das pontas de marfim sob seu domínio, o soberano kololo recebia mercadorias importadas das redes atlânticas que não eram produzidas na região: tecidos manufaturados, bebidas alcoólicas, pólvora e armas de fogo, se tornando, deste modo, o principal interlocutor dos chefes de caravanas. Os maiores carregamentos desses produtos também ficavam sob domínio direto e pessoal do soberano do país, que, por sua vez, podia redistribuir tais mercadorias convertidas em bens de prestígio a seus parentes e aliados. No caso específico das armas de fogo, o interesse dos kololo era de longa data, e o comércio com os *mambari* permitiu a chegada das espingardas lazarinas para a região.<sup>62</sup> Segundo Macola, nesse período ainda não

60 Henriques, *Percursos da modernidade em Angola*, pp. 334-343; Santos, “Perspectiva do Comércio Sertanejo do Bié”, pp. 11-12; João Baptista Gime Luís, “O Comércio do Marfim e o Poder nos Territórios do Kongo, Kakongo, Ngoyo e Loango: 1796-1825”, Dissertação (Mestrado em História de África), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016, pp. 97-99, [↗](#); Edgar Teles, “Ivory Trade and Impact on Elephant Habitat and Population in Benguela 1790-1810”, *Environment and Ecology Research*, v. 8, n. 2 (2020), pp. 41-58, [↗](#); Rogéria Cristina Alves, *No rastro do Marfim: o comércio e a circulação do marfim africano no mundo atlântico (Século XVIII)*, Curitiba: Brazil Publishing, 2022; SGL. Res. 2 – C – 6. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 1º volume, fl. 372 (12 mar. 1854).

61 Santos, “Trajetória do Comércio do Bié”, pp. 104-114; Maria Emília Madeira Santos, “Tecnologias em Presença: Manufacturas Europeias e Artefactos Africanos (c. 1850-1880)” in *Nos caminhos de África: Serventia e Posse (Angola-Século XIX)* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998 [1989]), pp. 234-235; Santos, “Os Lozi e o Zambeze”, p. 308; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 75-78.

62 A referência é ao fabricante Lázaro Lazarino “legítimo de Braga”, do qual os portugueses produziam e vendiam espingardas em grande quantidade em Angola a partir

havia “inundação de armas de fogo” na área do Barotse, o que condiz com o fato dos tecidos manufaturados serem a principal moeda de troca dos *mambari*. No entanto, o acesso ainda restrito às armas, somado à antiga demanda dos donos da planície, deve ter aumentado a procura e o poder de quem conseguia ter acesso a tais armamentos.<sup>63</sup>

As caravanas dos sertanejos, ao chegarem ao país, deixavam as cargas principais na corte, onde o próprio líder da caravana passava dias em negociação com o soberano africano. A partir de então, os seus pombeiros carregados com fardos comissionados se dispersavam pelo país, circulando mercadorias atlânticas, em menores quantidades, para aqueles que tivessem produtos de interesse dos *mambari*, incluindo aí as pessoas escravizadas.<sup>64</sup> Isso corrobora a ideia apresentada inicialmente por Madeira Santos de que a dispersão teria gerado tensões permanentes entre grandes sertanejos e o senhor do Barotse por todas as décadas de vigência do comércio atlântico na região, já que o soberano africano considerava essa prática como um incentivo para que seus súditos desobedecessem a suas regras monopolistas.<sup>65</sup>

Esse tipo de tensão diante das novas oportunidades econômicas intensificou um conflito geracional que dividia a elite kololo, conforme defendido por Kalusa. Como outros grupos deslocados pela *mfecane*, os kololo tinham uma estratificação social baseada em grupos de idade, com os mais velhos detendo maior autoridade e ocupando cargos de liderança militar, o que permitiu que concentrassem em suas mãos partes dos

---

do final do século XVIII, geralmente tida pela historiografia como uma arma de má qualidade. Em meados do século seguinte, os portugueses também vendiam armas produzidas na Bélgica e em outras áreas do Norte da Europa. Isabel Castro Henriques, “Armas de fogo em Angola no século XIX” in Isabel Castro Henriques, *Os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV - XX* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004), pp. 365-392; Macola, “Reassessing the Significance of Firearms”, p. 302.

63 Macola, “Reassessing the Significance of Firearms”, pp. 304-307. A afirmação de que os *mambari* “inundaram de armas” a Planície Lozi é de: Kalusa, Elders, Young Men.

64 SGL. Res. 2 – C – 6. Silva Porto, Viagens e Apontamentos, 1º volume, ff. 199-205 (08 a 15 jul. 1853); BPMP. Ms. 1236. Silva Porto, Viagens e Apontamentos, 2º Volume, ff. 47-54 (02 a 28 ago. 1858).

65 Santos, “Trajectória do Comércio do Bié”, pp. 93-94; Gonçalves, “Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola”, pp. 222-224.

espólios das campanhas – objetos, rebanhos, terras, escravos e mulheres. Apropriando-se das estruturas do reino lozi, Sebitwane posicionou em vários cargos de estado os líderes militares de sua geração, que se tornaram barões de gado na planície alagada, acumulando dependentes e esposas.<sup>66</sup> Em 1851, após sua morte, Sebitwane é sucedido pelo filho de apenas 18 anos, o que permitiu um novo grupo tentar ocupar o poder. Sekeletu, que contou com desconfiança e animosidade dos barões do gado desde o início, também colocou os membros de sua geração nos cargos principais do estado, o que intensificou as tensões redistributivas dentro da elite kololo.<sup>67</sup>

Nos anos que se seguiram, um dos barões de gado, Mpepe, sobrinho de Sebitwane, passou a ameaçar abertamente a nova elite governante. Anos antes, durante o reinado de Sebitwane, o soberano do país havia movido a capital do centro da planície em Naliele (que tinha boas condições para o cuidado dos rebanhos) para a vila de Linyanti, na faixa de Caprivi (entre os rios Zambeze, Kwando e Chobe, na atual Namíbia). Essa era uma área alagável do extremo sul do reino que poderia oferecer alguma proteção contra os ndebele. No entanto, Linyanti era suscetível à infestação endêmica das moscas tsé-tsé, colocando em risco a saúde do gado. Nesse arranjo, enquanto Sebitwane deslocou as rotas das caravanas e os estoques de marfim para o sul da planície, o soberano manteve seus rebanhos na antiga capital, delegando o seu cuidado a Mpepe e outros senhores do gado, que puderam gozar de relativa autonomia política ao gerir diretamente

---

66 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 62-66; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 72-73. Cabe o destaque que Silva Porto, ao descrever os lozi no exílio, com quem seus funcionários se encontraram em 1848, afirma que “Não há gado doméstico de espécie alguma, porque o possuía antigamente, ficou em poder dos intrusos senhores [os kololo]; possuindo unicamente galinhas”, certamente um indicador importante da despossessão imposta pela conquista. BPMP. Ms. 1235. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 1º Volume, ff. 93-94 (22 jan. 1848).

67 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 66. A sucessora de Sebitwane no poder inicialmente foi sua filha Mamochisane, que abdicou do trono em favor de seu meio-irmão. Para além da idade, muitos membros da elite kololo não reconheceram a legitimidade da coroação de Sekeletu pelo fato de sua mãe, Setloutlou, não ser sotho e ter sido capturada em guerra quando já viúva de um nobre lozi. Nas leis dos sotho, apesar desta ter se casado com Sebitwane, todos os filhos de Setloutlou seriam legalmente descendentes de seu primeiro marido. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 86-87.

o gado há quilômetros da capital.<sup>68</sup> Roberts defende que a mudança da capital para o sul fazia parte da “obsessão” dos kololo em se protegerem da ameaça dos ndebele. Em contraste, a abordagem de Hogan, que sigo nesse texto, vai no sentido de interpretar essa disputa em função do conflito crescente com os senhores do gado, não só forçando que os pontos principais das operações dos *mambari* fossem deslocados para longe das áreas dos rebanhos, mas também para proteger fisicamente o novo soberano de seus potenciais rivais.<sup>69</sup>

De todo modo, quando as tensões aumentaram entre Sekeletu e sua geração com os senhores do gado, o novo soberano passou a impedir o contato direto entre os *mambari* e os barões, tentando impedir que estes últimos conseguissem armas de fogo. Em 1853 foi realizada a principal ação nesse sentido, sendo proibido o comércio de escravos para estrangeiros. Até então, com acesso reduzido ao marfim monopolizado pelo poder central, a venda de escravos pelos barões do gado – principalmente para pombeiros – permitiam que essas elites locais também tivessem acesso a produtos importados, incluindo armas de fogo.<sup>70</sup>

Desconsiderando o lugar que o comércio de cativos ocupava dentro dessa disputa, essa sequência de episódios foi interpretada recorrentemente de forma equivocada pela historiografia, o que em parte deriva de leitura pouco crítica de Livingstone sobre os acontecimentos. Considerado como um dos grandes nomes do abolicionismo de sua época, Livingstone faz várias considerações sobre os impactos deletérios da ação dos *mambari* no Barotse, alegando que não existiria escravidão na região antes da chegada dos traficantes – e que os kololo nunca tinham até então testemunhado a compra e venda de pessoas.<sup>71</sup> Para o missionário, as caravanas dos *mambari*

---

68 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 66-67; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 59-61. Sobre a insalubridade de Linyanti, vale destacar que em sua primeira viagem para o país em 1861, Livingstone perdeu todo o seu gado para a tripanossomíase ao chegar na capital. Livingstone, *Missionary Travels*, pp. 80-83.

69 Roberts, *A History of Zambia*, p. 131; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 80-82.

70 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 72-75.

71 Livingstone, *Missionary Travels*, pp. 91-92.

viajavam para essa região apenas em busca de escravos e a sua proibição, acompanhada pela substituição por comércio de marfim, ameaçaria tanto os traficantes estrangeiros quanto os aristocratas locais. Baseando-se nessa afirmação, Kalusa defendeu que os barões do gado temiam uma futura substituição do tráfico escravista pelo comércio lícito (de marfim e cera), que forçaria os *mambari* a só comprar marfim. O que tal alegação ignora, como já apontado, é que principal objetivo dos estrangeiros na região já era o próprio comércio de marfim.<sup>72</sup>

Livingstone voltou à planície em 1853, ano da proibição da venda de cativos aos estrangeiros e testemunhou as disputas de Sekeletu com Mpepe. Como o missionário escocês era parte do séquito pessoal do soberano, ele foi tido como a principal (e, por vezes, única) testemunha a registrar essa disputa (que apenas se encerrou com o assassinato de Mpepe). À morte de Mpepe, seguiram-se uma série de execuções de membros da elite governante, primeiro entre a facção dos senhores de gado, e posteriormente entre os próprios aliados de Sekeletu. Para Livingstone, os *mambari* forçavam os kololo a venderem escravos, requisitando os cativos como única mercadoria possível para ser trocada pelas armas que traziam – o que nos parece ser falso. Assim, consolidou-se uma associação direta entre os *mambari*, o tráfico interno de escravos e o poderio dos senhores do gado, entendendo assim as ações de Sekeletu como uma forma de expurgar a ação dos escravistas.<sup>73</sup>

---

72 Kalusa, “Strange Bedfellows”, p. 137. Após a aprovação deste artigo, veio ao conhecimento deste autor a recente publicação de Kalusa de um importante verbete acerca da história do reino kololo. Mesmo que alguns pontos importantes desse processo sejam mais aprofundados em relação a trabalhos anteriores, inclusive passando a reconhecer a relevância da crescente demanda de marfim pelos portugueses desde os primeiros contatos, os argumentos acerca do tráfico de escravizados e uma articulação escravista entre traficantes e barões do gado permanecem semelhantes. Walima T. Kalusa “The Kololo Kingdom in the Upper Zambezi” in *Oxford Research Encyclopedia of African History*, 2023, .

73 Roberts, *A History of Zambia*, p. 130; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 80; Kalusa, “Strange Bedfellows”, pp. 136-138. A descrição de Livingstone (publicada em vida) sobre a contenda está em: Livingstone, *Missionary Travels*, pp. 178-193. Para interpretação distinta desses episódios, de quem analisou profundamente os cadernos de Silva Porto, ver: Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 80-82, 95-96.

Nessa construção da imagem de seus rivais *mambari* enquanto agentes do tráfico interno africano, Livingstone não informa que essas caravanas vinham principalmente atrás de marfim. Além disso, o missionário subestimou a compatibilidade entre o comércio de marfim e de escravizados que ocorria nesse período. Isso fica claro quando o escocês propôs em sua obra que a solução para acabar de vez com o tráfico escravista na região seria a abertura de uma rota de comércio de marfim, permitindo que os kololo não dependessem mais dos *mambari* para conseguir mercadorias importadas.<sup>74</sup> Uma explicação possível para esse silêncio sobre o comércio de marfim já existente pelos agentes vindos de Angola seria na chave da disputa interimperial entre Portugal e Inglaterra, questionando o compromisso português com o combate à escravidão. Inclusive, o próprio Silva Porto estava entre os *mambari* que acompanhavam Mpepe nessa época. No entanto, na obra publicada de Livingstone, as referências aos portugueses nesses episódios são bastante pontuais e discretas – o próprio Silva Porto é referido em apenas uma nota de rodapé.<sup>75</sup> Como destaca Bontinck, Livingstone trata os *mambari* como uma tribo africana, de “região próxima ao Bié”, e não como súditos de Portugal.<sup>76</sup>

Mais importante parece ser que, embebido de convicções liberais, o missionário escocês afirma que uma abertura para o comércio de marfim na região promoveria o comércio, trabalho assalariado e a valorização da propriedade privada. Esses elementos seriam, de acordo com sua visão de mundo, passos iniciais para a incorporação da fé cristã e dos hábitos de consumo dos europeus civilizados.<sup>77</sup>

Utilizando os mesmos relatos de Livingstone, Roberts afirma que somente por volta de 1860 os *mambari* teriam começado a comprar também marfim, para complementar os ganhos de viagens que até então supostamente só comprariam escravos e não eram mais tão lucrativas.<sup>78</sup> Defendemos que o

---

74 Livingstone, *Missionary Travels*, pp. 91-92; Kalusa, “Strange Bedfellows”, pp. 135-138.

75 Livingstone, *Missionary Travels*, p. 217.

76 Livingstone, *Missionary Travels*, p. 91; Bontinck, “Les Quimbares”, p. 50.

77 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 56-57, 70.

78 Roberts, *A History of Zambia*, p. 131.

que aconteceu na década de 1860 foi precisamente o contrário: como o marfim não era fornecido mais em quantidade suficiente para as caravanas *mambari*, por causa da concorrência crescente com outras diásporas comerciais, os negociantes vindos de Angola acabaram gastando percentuais crescentes de suas faturas em cera e escravos. Esse fato diminuía a possibilidade de serem ressarcidos pelos seus investidores portugueses – que demandavam faturas pagas unicamente com produtos lícitos para exportação – e acabou por resultar em um crescente endividamento da comunidade sertaneja.<sup>79</sup>

Outro efeito da leitura acrítica de Livingstone foi o de interpretar várias ações de Sekeletu como tentativas de autonomização do comércio com os *mambari*. Um dos principais argumentos nesse sentido é que Sekeletu, após o assassinato de Mpepe e um evidente estremecimento na relação com os *mambari*, teria financiado a viagem de Livingstone até Luanda, com o objetivo de abrir uma nova rota de acesso ao Atlântico. Como efeito, no início dos anos 1860, o rei dos kololo enviava regularmente caravanas de marfim diretamente para Luanda e Benguela. Assim, o próprio Sekeletu financiaria a segunda parte da viagem de Livingstone a partir de 1855, partindo do Barotse pelo vale do Zambeze em direção ao Oceano Índico.<sup>80</sup> Kalusa chega assim a afirmar que esses dois homens tinham acordado que tal abertura de novas rotas seria fundamental para “manter os traficantes de escravos bôeres, árabes e angolanos fora da África Central como um todo”.<sup>81</sup> As fontes em português, no entanto, sugerem um soberano kololo menos convicto de se livrar de todos esses traficantes. Evidentemente algum tipo de tensão ocorreu imediatamente depois do assassinato de Mpepe, a quem Silva Porto se refere em seus

---

79 Santos, “Trajectória do Comércio do Bié”, pp. 122-143; Gonçalves, “Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola”, pp. 171-177.

80 Kalusa, “Elders, Young Men”, p. 71; Kalusa, “Strange Bedfellows”; Roberts, *A History of Zambia*, pp. 130-131. O desconhecimento sobre o impacto da aliança com Sekeletu e de como esta teria influenciado o conteúdo dos cadernos de Livingstone e a própria realização de suas duas viagens faz com que Roberts defina Livingstone como um “neutral outsider” na diplomacia da região.

81 Kalusa, “Strange Bedfellows”, p. 140. Sobre os comerciantes vindos do Sul, em 1853 Livingstone já havia registrado a vinda de negociantes tawana (do atual Botswana) e, por volta de 1860, os kololo já tinham começado a organizar a recepção de mercadores ingleses e bôeres na região das cataratas. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 79.

cadernos como um amigo, chegando a chamá-lo de “nosso herói”. No entanto, mesmo que Silva Porto tenha ficado cinco anos sem voltar pessoalmente para a planície, não é claro por quanto tempo suas caravanas fizeram o mesmo.<sup>82</sup>

## **Restauração lozi, monopólios e a concorrência interafricana**

Cada vez mais isolado entre as elites do reino, Sekeletu adoeceu de lepra e intensificou a sua perseguição contra seus parentes da linhagem real – acusados de o terem enfeitiçado. O soberano kololo viria a falecer em 1863, dando início a uma nova crise sucessória, cuja fração vitoriosa foi a de Mpololo, tenente de Sekeletu que estava no controle de Naliele desde a morte de Mpepe.<sup>83</sup> Apesar das longas descrições sobre as intrigas da elite kololo, vários historiadores apontam que o principal conflito que se mantinha e intensificava durante o governo de Sekeletu era entre os administradores estrangeiros e os povos tributários. Assim, diante do enfraquecimento das elites reinantes, em 1864 os povos da planície expulsaram os kololo, em um levante armado que levou de volta ao poder os soberanos lozi no exílio.<sup>84</sup>

Desde o início dos anos 1860, os povos toka e subiya, do sul da planície, iniciaram processos armados de rebelião contra o domínio dos kololo. Ao mesmo tempo, as elites lozi no exílio, que se mantiveram

---

82 Em 1858, são os emissários de Sekeletu que solicitam que o sertanejo retorne para o país. O fato desses emissários chegarem ao Bié acompanhados de uma caravana do próprio Silva Porto evidencia que o comércio já tinha sido reestabelecido entre as duas partes há algum tempo. BPMP. Ms. 1236. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 2º Volume, fl. 18. (02 mai. 1858). A descrição da contenda nos diários de Silva Porto pode ser encontrada em: SGL. Res. 2 – C – 6. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 1º volume, ff. 161-211 (03 fev. 1853 – 05 ago. 1853).

83 Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 76-78; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 82-83.

84 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 76-77, 90-91. Destaco a hipótese de Kalusa de que a própria ação missionária de Livingstone, com o discurso salvacionista do cristianismo, pode ter colaborado na mobilização desses povos dominados contra os kololo. Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 56-60, 78-80.

divididas por todo o período, passaram por um processo de unificação nessa mesma época. Como aponta Mainga, incorporados por Sebitwane na sua corte como príncipes, dois filhos de Mulambwa, chamados Sipopa Lutango e Sibeso, fugiram para Lukwakwa em 1859 com a intensificação da perseguição de Sekeletu contra os membros não-kololo da elite imperial. Nesse mesmo período, o envolvimento de Imasiku com os *mambari* gerou tensões deste com os mbunda, que acabariam por apoiar Sipopa a tomar o poder de Imasiku em Lukwakwa.<sup>85</sup> Como apontou Hogan, seu irmão Sibeso, por sua vez, em conflito com a elite local, voltaria para a planície e acabaria sendo executado por Mpololo em 1863. Fortalecido no exílio e percebendo o momento de fraqueza da elite kololo (que enfrentava a rebelião no Sul), Sipopa comandou uma violenta investida militar para reconquistar o controle do reino em 1864, reestabelecendo no poder da linhagem de Mulambwa.<sup>86</sup> A violência extrema levou à quase eliminação de todos os homens kololo na região e tornou nulo qualquer risco político maior envolvendo os sobreviventes desse grupo.<sup>87</sup>

Sob o reinado de Sipopa, as condições do comércio externo na região mudaram radicalmente. Como observado por Silva Porto, e já apontado pela historiografia, na década de 1860 havia no Barotse uma variedade muito maior de comerciantes estrangeiros do que vinte anos antes. Dominando a

---

85 Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 87, 93-94. Vale o destaque que, antes disso, a comitiva kololo que acompanhou Livingstone em sua viagem para Luanda passou por Lukwakwa em 1854 para declarar paz com Imasiku. Roberts, *A History of Zambia*, p. 131.

86 Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 83-85; Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 77-79.

87 Existem poucas evidências sobre o que ocorreu com os kololo que sobreviveram à reconquista dos lozi. O caso mais famoso foi o estudado por Elias Mandala, de formação de um reino kololo no vale do rio Chire, no atual Malawi, por iniciativa de membros da caravana de Livingstone em sua viagem ao Zambeze. Mainga refere a alguns casos individuais de sobreviventes, o mais notável deles seria o de Siroque, que teria fugido para o Cubango e depois para o Bié, onde atuaria no comércio caravaneiro até tentar retornar ao Barotse na década de 1870, sendo morto pelo soberano dos lozi. Kalusa afirma haver atualmente descendentes dos Kololo residindo em um enclave entre a Namíbia e a Zâmbia. Elias Mandala, “The Making of Wage Laborers in Nineteenth Century Southern Africa: Magololo Porters and David Livingstone, 1853–1861”, *International Labor and Working-Class History*, n. 86 (2014), pp. 15-35, ; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 91; Kalusa, “Elders, Young Men”, p. 80.

intermediação do comércio entre os yao da costa Índica e o reino lunda do Kazembe desde o Setecentos, os bisa também montavam caravanas e partiam frequentemente para o Barotse em busca de novos fornecedores de marfim. Com o investimento crescente do capital do império omanita de Zanzibar, cada vez mais caravanas comandadas por árabes e swahilis chegaram à região, que também passou a fazer parte dos trajetos de mercadores angolanos vindos da feira de Kasanje. Por fim, desde os anos 1850, há registros de presença crescente de mercadores tswanas, bôeres e ingleses vindos pela margem sul da planície.<sup>88</sup> Assim, como observado por Madeira Santos, com maior concorrência no fornecimento de mercadorias importadas e escassez crescente de pontas de marfim, as viagens dos *mambari* ao Barotse resultaram em negócios cada vez menos vantajosos e forçaram esses mercadores angolanos a procurarem fornecedores alternativos em regiões ainda mais distantes do Alto Zambeze e no vale do rio Kasai.<sup>89</sup>

Mesmo com a maior oferta de recursos estrangeiros, o governo de Sipopa não teria sido estável, segundo o argumento de Hogan. Sipopa foi especialmente violento ao tentar recuperar o controle sobre a circulação de bens de prestígio, retomando uma pesada cobrança de tributos dos povos dominados, por vezes por imposição armada – como foi o caso de expedição na região de Sesheke contra o chefe toka Sipatonyana em 1866. Essa operação militar de Sipopa inclusive contou com a ajuda de pombeiros de Silva Porto, perpetrando um verdadeiro massacre contra uma chefia revoltosa que tinha se recusado a pagar tributos ao novo rei.<sup>90</sup> A outra medida econômica geradora

---

88 Roberts, *A History of Zambia*, pp. 109-111, 120-122; Kalusa, “Elders, Young Men”, pp. 67-68; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 88-89; SGL. Res. 2 – C – 6. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 2º volume, ff. 164-165 (21 ago. 1861); BPMP. Ms. 1239. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 4º Volume, ff. 178-180, 202-203 (05 ago. 1867; 21 set. 1867).

89 Santos, “Trajectória do Comércio do Bié”, pp. 122-143.

90 Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 85-89; BPMP. Ms. 1237. Silva Porto, *Viagens e Apontamentos*, 3º Volume, ff. 571-580 (11 mar. 1866). Para pensar nessa rebelião, Mainga destaca o fato de que os toka e os subiya, como já comentado, já tinham iniciado uma revolta contra o domínio kololo antes da vinda das tropas de reconquista dos lozi, não aderindo automaticamente ao reinado do novo soberano da planície. Inclusive, a tensão desses povos do sul com os lozi é de longa data, tanto que esses mesmos subiya e toka haviam auxiliado as tropas dos kololo a tomarem

de conflitos foi o reestabelecimento do monopólio real sobre a posse do marfim caçado na região. A regra de que todas as presas de elefantes caçadas no território eram de direito do soberano, segundo Livingstone, foi criada por Sekeletu em sua disputa com os barões do gado. Como destacado por Hogan, Sipopa reestabeleceu essa determinação como parte central de sua política para controlar as exportações de marfim.<sup>91</sup>

Com a oferta cada vez menor de presas nas mãos do soberano do país, que vendia a muitos mais compradores do que nas décadas anteriores, os *mambari* passaram também a apelar para a compra direta de marfim com os caçadores de elefantes – o que era considerado pelas leis dos lozi como contrabando (tanto a venda para o estrangeiro, quanto a posse da presa nas mãos dos caçadores). Esse tipo de comércio era feito entre os ila do Mashukulumbwe, a leste da planície, que de longa data foram vítimas de razias dos lozi e dos kololo. Assim, para cercear as possibilidades de contrabando das caravanas estrangeiras, Sipopa faria uma série de novas ações militares punitivas contra os ila para impor o controle tributário sobre esse povo.<sup>92</sup> Anos antes, Livingstone já tinha alegado que uma das ações realizadas por Mpepe, em suas tentativas de enfraquecer Sekeletu, foi ter permitido que os *mambari* pudessem “caçar escravos” entre os toka e os ila. Havia aí, na década de 1850, um possível registro do início dessas práticas comerciais mais diretas a Leste do reino, que viriam a gerar tensões cada vez mais graves com o poder central na década seguinte.<sup>93</sup>

---

o controle da planície vinte anos antes. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 62, 105-106.

91 David Livingstone & Charles Livingstone, *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries*, 1866 *apud* Kalusa, “Strange bedfellows”, p. 140; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 88-89. Somente em 1884, durante o breve reinado de Akufuna, foi dado o direito ao caçador de reter consigo uma presa de cada elefante caçado, mesmo que a venda para estrangeiros tenha se mantido monopólio do soberano. Roberts, *A History of Zambia*, p. 134.

92 Roberts, *A History of Zambia*, p. 137; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 84-87.

93 David Livingstone, *Missionary Travels and Researches in South Africa*, 1857 *apud* Roberts, *A History of Zambia*, p. 130. Registros desses boatos na corte kololo também foram analisados em: Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 89. Outra possível evidência das origens desse contato direto no leste aparece em artigo de 1857, no qual

Como em outros casos centro-africanos do século XIX, a legitimidade do governo de Sipopa passava por controlar o fluxo de mercadorias vindas do comércio estrangeiro, controle cada vez mais baseado em razias militares em detrimento da gestão direta do próprio comércio caravaneiro.<sup>94</sup> Em 1865, Silva Porto ficou impressionado com o novo soberano do país – destacando que ele dominava não só os códigos diplomáticos dos kololo, como também demonstrava fluência em umbundu. Três anos mais tarde, no entanto, o português teve uma discussão acalorada com Sipopa, tendo este último ameaçado atacar sua caravana caso o sertanejo continuasse fazendo contrabando em suas terras.<sup>95</sup>

Para Macola, o resultado dessa política regional foi o consumo sem precedentes de armas de fogo, gerando uma multiplicação de ações militares para assegurar a posição fragilizada do soberano. Essas armas foram também incorporadas na caça dos elefantes, o que gerou sensível impacto ambiental na população desses paquidermes. A associação do governo de Sipopa com as armas de fogo era tão intensa que, quando ele foi deposto em 1876, uma das primeiras ações dos rebeldes teria sido submergir um grande volume de suas armas no fundo do Zambeze.<sup>96</sup>

Sipopa mudou sua corte para o sul, na região de Sesheke – que anos antes havia sido palco da revolta dos toka e subiya. Como debatido por vários autores, essa mudança teria ocorrido devido a alguns objetivos possíveis: a busca de controle direto sobre a caça de elefantes, cada vez mais raros na planície; a busca de contato mais próximo com comerciantes vindos pelas rotas do sul; ou ainda devido a seu isolamento político frente

---

Livingstone afirma que a oferta de enxadas de ferro pelos *mambari* era tão “irresistível” para os toka, que tais instrumentos se mantinham como o único produto que era usado para a proibida compra de cativos na região. David Livingstone, “Explorations into the Interior of Africa”, *The Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 27 (1857), p. 357.

94 Gordon, “Wearing Cloth, Wielding Guns”, pp. 29-32.

95 BPMP. Ms. 1237. Silva Porto, Viagens e Apontamentos, 3º Volume, ff. 511-512. (25 nov. 1865); Ms. 1240. Silva Porto, Viagens e Apontamentos, 5º Volume, fl. 205 (11 nov. 1868).

96 Macola, “Reassessing the Significance of Firearms”, pp. 310-311. O episódio do descarte das armas está em Emil Holub.

aos próprios grupos que o haviam erigido à posição de liderança dos lozi.<sup>97</sup> As operações dos *mambari* e outros sujeitos mercantis vindos do Atlântico continuariam no Barotse nas décadas de 1870 e 1880, mas não com a mesma exclusividade e centralidade que tiveram na política da planície em meados do século.

## Conclusão

Este texto procurou demonstrar as conexões intrínsecas entre os processos atlânticos e a história da Planície Lozi, região de terra firme, a distâncias enormes do Oceano. Os processos políticos e econômicos discutidos neste texto não dizem respeito somente a um recorte espacial, mas ao próprio reconhecimento que dinâmicas do interior do continente africano também estão entrelaçadas com as histórias dos impérios marítimos. Também houve o esforço de analisar o lugar do comércio atlântico na história política de um reino africano e de seus agentes, e de compreender como esse lugar se alterou diante de novas conjunturas políticas internas e externas. Se esses forasteiros já tinham sido colocados pela historiografia como causadores de tensões nesse cenário local, o diálogo com a história atlântica de Angola aprimora o entendimento das suas motivações, colocando em questão certas interpretações consolidadas sobre a história dos lozi.

Além disso, as decisões dos soberanos da Planície Lozi durante o século XIX sobre a presença e atuação de mercadores em suas terras, na sua maioria vindos de Angola, desafiam diagnósticos simplificados sobre

---

97 Roberts, *A History of Zambia*, pp. 132-133; Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, pp. 102-106; Hogan, “The Ends of Slavery in Barotseland”, pp. 92–93. Mainga levanta a hipótese de que outra possível motivação para a transferência da capital por Sipopa ter sido motivada pelo fato de sua mãe ser *subiya*, podendo assim procurar se assegurar pelo apoio de sua linhagem materna. Uma das grandes falhas do atual texto e da maioria dos estudos sobre a política interna de estados africanos como o Barotse é o apagamento da presença e agência feminina dentro dessas linhagens. A análise da agência dessas mulheres não é invalidada pelo fato de parte delas serem escravizadas. Mainga, *Bulozi under the Luyana Kings*, p. 106.

a participação de soberanos africanos no comércio atlântico. A leitura por vezes acrítica de fontes produzidas em contexto abolicionista e liberal, como é o caso dos ricos relatos de Livingstone, geraram lacunas sérias para compreensão desse processo de expansão do comércio interno africano por alguns autores, como Roberts, Mainga e Kalusa. Esses três autores subestimaram os espaços de agência e protagonismo de diversos sujeitos políticos e comerciais locais e estrangeiros. Superar tais leituras é um passo importante para que essa história inclua experiências dos grupos mais vitimizados pelos ciclos de produção e violência que mantiveram esses arranjos de poder.

Nesse sentido, este texto, com foco na alta política real, pouco avançou para pensar na experiência de sujeitos subalternos, capturados e vendidos pelo tráfico interno, ou mobilizados para novas operações econômicas que atendiam a demanda dos negociadores estrangeiros. Assim como pouco falamos daqueles que, pela caça, agropecuária ou comércio retalhista, conseguiram novas oportunidades de negócios e acesso a riquezas com a passagem de caravanas por suas terras: pesquisas que seriam instigantes para avançarmos no entendimento da história social desse ramo do comércio africano.

Por fim, este texto também foi uma tentativa de chamar atenção para as potencialidades de fontes escritas em português para a história de regiões fora dos territórios dos atuais países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), como outros autores já fizeram. Esperamos que novos estudos que tensionem as fronteiras da história atlântica e a integração entre as diferentes partes do continente africano possam ser realizados, trazendo nova luz a estes processos fundamentais.

---

*Recebido em 18 abr. 2024*

*Aceito em 28 set. 2024*

---

doi: 10.9771/aa.v0i71.60728

O reino lozi, localizado no oeste da atual Zâmbia, foi uma das últimas regiões da África Centro-Occidental a ter contato direto com a Zona Atlântica de Angola. Longe de estar isolado dos processos globais, as conexões diretas (e indiretas) dessa região a redes comerciais de longa distância foram produzidas por decisões políticas conscientes de seus líderes, enfrentando demandas internas e externas dessa organização imperial africana, que se expandiu durante os séculos XVIII e XIX. Com foco especial em meados do Oitocentos, quando as condições desse contato com as redes angolanas mudaram radicalmente, esse texto analisará as transformações na governança dos povos da planície alagada do Alto Zambeze, relacionadas à chegada de novos sujeitos militares e comerciais em suas terras, assim como defenderá a necessidade de pensar a história Atlântica de forma integrada às disputas políticas que ocorriam a milhares de quilômetros do mar.

África Centro-Occidental | Zâmbia | Comércio Angolano | História Atlântica | África Pré-Colonial

***THE LOZI KINGDOM AND THE ATLANTIC WORLD: TRADE, SLAVERY AND (IN)DIRECT CONTACT WITH ANGOLA IN THE NINETEENTH CENTURY***

*The Lozi Kingdom, located in the western part of present-day Zambia, was one of the last polities of West Central Africa to have direct contact with Angola's Atlantic zone. Very far from being isolated from global processes, the kingdom's direct (and indirect) connections to long-distance trade networks were the result of conscious political decisions on the part of its leaders, in response to internal and external demands as the kingdom expanded during 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries. With a special focus on the mid-1800s, when the conditions of its contact with Angolan networks changed radically, this paper analyzes transformations in the governance of the peoples of the Upper Zambezi floodplain, in relation to the arrival of new military and commercial agents in their lands. The paper also argues for the need to conceptualize Atlantic history in a way that takes into account political upheavals that occurred thousands of kilometers inland.*

West Central Africa | Zambia | Angolan trade | Atlantic history | Pre-Colonial Africa